

Diário do Legislativo de 09/04/2002

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 231ª Reunião Extraordinária

1.2 - 232ª Reunião Extraordinária

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 231ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 3/4/2002

Presidência dos Deputados Antônio Júlio, Ivo José, Olinto Godinho, Dalmo Ribeiro Silva e Ermano Batista

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Questões de ordem - Discussão de Proposições: Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.002; questão de ordem; discurso do Deputado Miguel Martini; questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discurso do Deputado João Leite; questão de ordem; chamada para recomposição do número regimental; existência de quórum para a continuação dos trabalhos; discurso do Deputado João Batista de Oliveira; encerramento da discussão; chamada para a recomposição do número regimental; inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bené Guedes - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro

aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

Questões de Ordem

O Deputado Miguel Martini - Como só há vetos a serem votados, sugerimos a suspensão dos trabalhos até que os Deputados, principalmente os da base governista, compareçam no Plenário para a votação ou até que façamos um acordo de Lideranças, porque dar continuidade à reunião dessa maneira é quase perda de tempo.

O Deputado Durval Ângelo - Não discordo do colega, mas acho que o mais correto seria determinar a recomposição de quórum, em vez da suspensão da reunião, que acaba fazendo com que os Deputados presentes tenham que continuar em Plenário, sem função, e que o público das galerias fique esperando indeterminadamente, criando um processo que pode acabar fracassando se não conseguirmos o quórum.

Assim, acho que o melhor é procedermos à recomposição do quórum, para que já no início da reunião tenhamos um quadro da presença dos Deputados de forma mais objetiva.

O Sr. Presidente - A Presidência informa aos ilustres Deputados Miguel Martini e Durval Ângelo que registraram presença no Plenário 36 Deputados e que estamos em fase de discussão, não de votação. Portanto, para a discussão há quórum, e a Presidência vai dar prosseguimento à reunião.

Discussão de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.002, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais a projetos esportivos no Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. Continua em discussão o veto.

Questão de Ordem

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Deputados, público das galerias, continuo com a mesma posição. Só estamos discutindo porque não há quórum para a votação. Se houvesse quórum para votação, encerraríamos a discussão, pois não estamos querendo obstruir. Basta que haja quórum. Os Deputados da base governista precisam comparecer no Plenário para votar, já que vemos aqui, de modo geral, a presença da Oposição. Então, continuarmos com a discussão sem que haja quórum para a votação é perda de tempo, mas, se encerrarmos a discussão, perdemos a possibilidade de negociar a derrubada dos vetos. Assim, continuo com a minha posição e renovo a V. Exa. o apelo para que suspenda os trabalhos e convoque os Deputados, para que possamos proceder à votação do veto.

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - A Presidência informa ao ilustre Deputado que há quórum para discussão. Como estamos na fase de discussão, a Presidência não vai suspender a reunião. Com a palavra, para discutir o veto, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Vamos continuar a discussão, no entanto, sem entender por que os Deputados da base de apoio ao Governo não estão em Plenário para votar, não comparecem no Plenário para dar quórum para a votação. São aqueles que foram aplaudidos por essa mesma platéia que estava aqui na semana passada, mas que agora sumiram.

Na verdade, a direção do IPSEMG não quer mais a derrubada do veto que vai dar reajuste para os servidores. Enquanto interessou ao IPSEMG, vieram aqui mobilizar os Deputados, mas agora não interessa mais. É lamentável isso. Vamos estar aqui apenas denunciando. E que cada um faça o seu julgamento.

O Deputado João Leite apresentou um projeto de extremo alcance social, que trata da concessão de incentivos fiscais a projetos esportivos no Estado. Sabemos que uma das formas de recuperação da juventude e do seu afastamento das drogas é o esporte, que, além de todos os benefícios de saúde e vitalidade, também tem esse alcance social. De um modo geral, o jovem ocioso sempre encontra aqueles que vão desviá-lo do bom caminho.

Esse projeto do Deputado João Leite, que, como militante, atuou durante muitos anos no esporte e foi reconhecido nacionalmente, conhecedor do assunto, trouxe essa matéria a votação, e ela foi aprovada. Mas o senhor que está no Palácio da Liberdade - e não posso chamá-lo de Governador, porque Governador é aquele que governa, quem não governa não pode ter o título de Governador - veta o projeto, e o Secretário de Estado copia o projeto do Deputado João Leite e o manda para cá. Isso acontece porque não pode ser o Deputado João Leite, da Oposição, quem apresenta o projeto. Tem que ser o Secretário.

Sr. Secretário, se quiser apresentar projeto, concorra às próximas eleições, e, eleito Deputado, apresente projeto de lei. Não há coerência em uma coisa dessas. Então, o Secretário, querendo passar-se por Deputado, se dirige ao Governador e pede-lhe para assinar o projeto de lei. Acho que o Governador assina sem saber do que se trata, porque não fica em Belo Horizonte, e, quando aparece, acontece isso. Então, o Governador vetou o projeto e enviou outro à Casa.

Deputado João Leite, temos que observar se é um plágio, porque é uma cópia fiel do primeiro projeto. Se for, poderemos entrar contra o órgão que cuida dos direitos autorais. Esse Secretário certamente não tem criatividade, porque, se tivesse, teria apresentado o projeto antes. Quando viu que o projeto é bom, acolheu essa idéia. Lamentamos profundamente essa situação que vive Minas Gerais. Quando iniciativas extremamente positivas são trazidas a esta Assembléia para serem oferecidas ao povo mineiro, o Governador, insensível como é, veta.

Ontem, juntamente com o Deputado Doutor Viana, a convite do Presidente do Tribunal de Justiça, Gudesteu Biber, estivemos em Curvelo, quando começou o funcionamento do selo de autenticidade e fiscalização dos atos notariais de cartório. Nenhum ato de cartório, a partir de ontem, tem validade se não tiver o selo. Isso significa que o Estado tem uma expectativa média de arrecadar em torno de R\$100.000.000,00 a mais. O Governador vetou esse projeto também. Há dois anos a lei foi promulgada pelo Presidente da Assembléia, porque o Governador vetou. Ele não está interessado no Estado de Minas Gerais, se o Estado vai arrecadar mais ou menos. Não vai arrecadar mais porque aumentou algum imposto, alguma taxa ou contribuição, mas porque esse dinheiro estava sendo sonogado. Com o uso do selo acaba a sonogação, e a arrecadação aumentará em torno de R\$100.000.000,00, mais do que todo o investimento do Estado de Minas Gerais. Como podemos entender um Governador que não quer recurso, que não quer dinheiro em caixa, que prefere vetar para possibilitar a sonogação? É o mesmo que está acontecendo com esse projeto e tantos outros extremamente interessantes.

Vou entrar no Micro Geraes mais à frente, quando for colocado em votação, e vou mostrar para a imprensa, para os Deputados e todos que estão nas galerias o absurdo, as aberrações que estão acontecendo em Minas Gerais em termos de arrecadação. E o Governador, em vez de estar interessado na geração de empregos, no desenvolvimento e no crescimento da economia mineira, não está, porque vetou também o Micro Geraes. Vamos colocar nas mãos da imprensa as graves distorções existentes no Estado relativas à arrecadação.

Só para se ter uma idéia, aproximadamente 240 mil microempresas e pequenas empresas geram quase 70% dos empregos do Estado. Isso significa uma arrecadação média de 9,1% de tudo o que o Estado arrecada. É quase que insignificante, mas são essas microempresas e pequenas empresas que vão gerando emprego, aquecendo a economia e permitindo que as empresas cresçam, que a economia se torne mais robusta e que o Estado se desenvolva e arrecade muito mais.

Temos, por exemplo, três atividades: combustível, energia elétrica e telefonia. São aproximadamente 100 empresas nesses três setores. Isso equivale a 40% de toda a arrecadação do Estado. Setecentas e quarenta e oito empresas correspondem a 62% do Estado. O que quero dizer com isso? Que o Estado tem que se voltar mesmo para as microempresas e as pequenas empresas porque o grave problema do nosso País hoje é o desemprego.

Pasmem os senhores: a Secretaria da Fazenda de Minas Gerais não dispõe desses dados no computador. Precisa ser feito um trabalho manual.

Ontem sugeri aqui que o Sr. Itamar Franco, que vai muito ao Rio de Janeiro e fica hospedado no Hotel Glória - o Palácio é ali atrás, é pertinho, o Palácio Guanabara ou o Palácio das Laranjeiras, está ali do lado; quem sabe? - desse um pulinho ali para aprender com um Garotinho como governar um Estado. Se entrarmos no "site" da Secretaria da Fazenda do Rio de Janeiro, teremos todos os dados prontos para analisarmos. Em Minas Gerais, não temos isso. Lá, o Garotinho reduziu 35 itens de impostos e aumentou a receita em aproximadamente R\$200.000.000,00. Quem sabe? Deixo aqui uma sugestão, Governador, sempre é tempo de aprender. Acho que o senhor já passou do tempo, mas ainda é tempo de aprender. Quem sabe o senhor vá ao Rio de Janeiro? Peça ao seu Secretário da Fazenda, da Receita Estadual que vá ao Rio de Janeiro aprender como se faz. Aprovamos um projeto que ele vetou. Derrubamos o veto, o do SIAF-Cidadão, que obriga o Governo a disponibilizar as informações, os dados da economia de Minas Gerais, da execução orçamentária. O Governador descumpre essa lei, mas tem lógica. Mostrarei para os senhores quanto foi reduzido o número das microempresas e das pequenas empresas no Estado, como estamos atrofiados na nossa economia mineira, simplesmente porque não há Governo em Minas Gerais. Se não dispomos de dados mínimos para avaliarmos, como podemos esperar um crescimento, um desenvolvimento?

Para os senhores terem uma idéia, o crescimento da economia nesses três anos de desgoverno do Itamar Franco foi de, aproximadamente, dois milhões de reais e pouco. Mas R\$1.500.000.000,00 não teve nenhuma influência desse Governo, porque foi devido ao aumento do combustível, da energia elétrica e da telefonia. Só esses três setores corresponderam a R\$1.500.000.000,00, perto de sessenta e poucos por cento de todo o crescimento da economia. Ou seja, um Governo estático, parado, imóvel.

Quando projetos de alcance social, projetos de incentivo, projetos inteligentes são apresentados, ele veta. Ele vetou quase tudo. Acho que foram 25 ou 26 vetos opostos. A cada final de ano é isso. Quer dizer, ele não faz nada e não quer que os outros façam também. Está gastando rios de dinheiro para enganar o povo. Tenho percorrido este Estado, e o povo não está se deixando enganar. Por exemplo, ontem, na hora do horário nobre da TV Globo, houve propaganda do Governo de Minas. Isso custa uma fábula. Certamente, daria para pagar o aumento dos funcionários do IPSEMG, se ele não gastasse esse dinheiro todo com propaganda mentirosa. Para gastar com a televisão, com a mídia, ele tem, mas, para pagar aos funcionários, não há dinheiro, não há recurso.

Agora ele está fazendo esse joguinho de cena, a única coisa que ele sabe fazer. Sai do Governo, não sai do Governo. Governador Itamar Franco, não faz diferença nenhuma ficar ou sair do Governo. Melhor que saia. Pelo menos, deixa alguém fazer alguma coisa. Todos já sabem que ele vai sair. Já virou notícia. Vai sair. Não, não vai sair. O povo está louco para o senhor sair, porque não agüenta mais um desgoverno desse.

Estou até sugerindo às pessoas que estão me vendo pela TV Assembléia - e graças a um trabalho desta Casa, as informações estão chegando a todo o interior de Minas Gerais, temos feito visitas, e o povo tem assistido à TV Assembléia - que, quando vocês virem essa propaganda mentirosa... Pelos corredores da Assembléia está se dizendo aquilo que a propaganda está sugerindo: perna de Saci, cabeça de bacalhau e obra do Itamar ninguém vê, só na televisão.

A sugestão que dou é a seguinte: veja se em seu município foi realizada alguma obra desse Governo. Ai, você terá como avaliar. A televisão mostra, e é como se as obras acontecessem no Japão, China, Ásia, Europa, porque, aqui em Minas, ninguém vê. Os Prefeitos que encontramos dizem que nunca viram um Governo tão ruim como esse, porque nada chega até eles. Sugiro que você avalie se em sua região ou município houve alguma obra desse Governo, para não se deixar enganar. O Itamar sempre fez isso, é prática dele. Não governa, não se interessa por números, não se interessa por nada. Mas gasta fábulas em publicidade, e o povo que está desinformado pensa que aquilo é verdade. Uma forma de identificar é essa: veja se em seu município foi feito algo, porque, no município vizinho, nada aconteceu. Não fique imaginando que o Governador fez em algum lugar, porque não fez nada.

O Deputado João Leite (em aparte) *- Deputado Miguel Martini, queria dizer do ânimo que me traz o pronunciamento de V. Exa. nesta manhã. Temos o sentimento de que algumas coisas que apresentamos para as pessoas não têm a importância que entendemos ter.

Desde ontem, acompanho a discussão que V. Exa. faz desse veto total do Governador a um projeto que incentiva a prática e dá à criança e ao adolescente acesso ao esporte. Sobre o veto total, fiquei imaginando se não estou realmente enganado. Mas, vendo o apoio de V. Exa., animo-me ao ver a importância desse projeto e a importância de legislar acompanhando algo que considero muito importante, as questões sociais do nosso Estado. É preciso legislar para atender às crianças, aos jovens e aos adolescentes que têm no esporte, muitas vezes, o seu lazer principal.

Até entendo o interesse de alguns em valorizar mais o atleta ou o esporte de alta "performance". Um dia, em minha vida, tive essa experiência. Esse nível de esporte e de competição movimenta no mundo todo, hoje, cerca de 10% do PIB mundial. O futebol profissional movimenta isso. Então, a formação desses atletas interessa a grandes empresas que investem no futebol, que é um esporte de alta "performance". Aqueles que combatem o projeto pensam que esse esporte deveria ser financiado. Mas essa não é a minha visão.

O Deputado Bené Guedes também caminha em direção ao microfone para solicitar aparte. Ele, brilhantemente, comandou uma comissão especial do esporte nesta Assembléia e apoiou, todo momento, esse nosso projeto.

O nosso projeto, Deputado Miguel Martini, como V. Exa. disse muito bem ontem e hoje, nesta manhã, tem como alvo a nossa criança carente, o nosso jovem carente, que não têm acesso aos grandes clubes. Eles não serão grandes atletas, mas terão oportunidade de entrar em contato com a educação informal que o esporte proporciona.

Deputado Miguel Martini, apenas 30% das nossas escolas estaduais têm espaço para o esporte.

Esse nosso projeto dava oportunidade para a recuperação desses espaços. V. Exa. está terminando seu curso de História. Eu também tive a oportunidade de concluir o meu e fiz questão de fazer estágio em uma escola estadual carente. Essa escola não tinha espaço esportivo. Eram quase 3 mil jovens que não dispunham de um espaço esportivo para jogar vôlei, basquete, futebol. Por isso, não me conformo com esse veto total e quero agradecer o seu apoio, dado com tanto cuidado e conhecimento.

Espero que V. Exa. também faça seu estágio em uma das escolas estaduais carentes, porque vai perceber isso também. Existe uma grande falta de oportunidade para nossas crianças. Mais de 90% de nossos jovens estão em nossas escolas estaduais e municipais. Não se trata de renúncia fiscal. Se houver incentivo para o financiamento do esporte em nossas escolas, estaremos atingindo, com essa educação informal, os nossos jovens. Muito obrigado e parabéns.

O Deputado Miguel Martini - Obrigado a V. Exa. Gostaria de ler aquilo que V. Exa. disse. Depois, concederei aparte ao Deputado Bené Guedes. (- Lê:)

"Poderão ser beneficiados por essa lei projetos relativos ao seguinte segmento esportivo: 1 - desporto educacional praticado no sistema de ensino como atividade curricular e em formas assistemáticas de educação, promovidos por entidades não integrantes do referido sistema, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer, evitando-se a seletividade e o excesso de competitividade de seus praticantes;

2 - desporto de participação praticado de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas realizadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na vida social, na promoção da saúde, da educação e na preservação do meio ambiente;

3 - desporto de rendimento praticado com a finalidade de obter resultado e de integrar pessoas e comunidades organizadas e praticado de modo não profissional, compreendendo o desporto amador identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de qualquer forma de remuneração ou de incentivo material para atletas de qualquer idade. Parágrafo único - Poderão também ser beneficiados, nos termos desta lei, projetos que visem à aquisição de equipamentos e à preservação, à manutenção ou à construção de infra-estrutura destinada à prática desportiva."

Então, vejam que o projeto é de extremo alcance social. O problema é que aquele que está no Palácio da Liberdade, orientado por aquele Secretário que está defendendo mais o seu grupo e o interesse econômico, vetou porque não está interessado no desenvolvimento da sociedade, do jovem, na saúde, na qualidade de vida. Está interessado apenas em atender aos "lobbies" de grupos que, através do Secretário de Esportes, vêm buscando o atendimento de seus interesses.

O Deputado Bené Guedes (em aparte) - Ilustre Deputado Miguel Martini, agradeço-lhe por conceder-me um pequeno espaço. Vou ser breve pelo respeito e consideração que tenho por V. Exa. Já convivemos nesta Casa há algum tempo, e não preciso provar nada quanto à nossa amizade. Mas, já que V. Exa. pediu que algum Deputado em Plenário que tivesse sido atendido em sua base se manifestasse para a TV Assembléia, não ficaria bem com minha consciência se não o fizesse. Em Leopoldina, consegui a recuperação de uma ponte metálica construída há mais de um século, no valor de R\$280.000,00, recursos liberados pela COMIG. Também consegui R\$100.000,00 para a recuperação do Conservatório de Música de Leopoldina, para citar apenas esses dois.

O Deputado Miguel Martini - Tem mais? Gostaria de saber, porque R\$300.000,00 é gorjeta. Num orçamento de R\$18.000.000.000,00...

O Deputado Bené Guedes (em aparte) - Para V. Exa., pode ser. Para a minha cidade, que é carente, não é.

O Deputado Miguel Martini - Realmente, para esse Governo, que não fez nada, R\$300.000,00, em três anos, deve ser um valor exorbitante. Imaginem que, de um orçamento de R\$18.000.000.000,00... Aliás, é desvio de função. A COMIG não tem que fazer isso. Já trouxemos essa denúncia: é um desvirtuamento. O Presidente da COMIG não foi sabatinado nesta Casa. Mas usaram recursos da COMIG, que seriam para mineração. É outro setor de atividade desviado para outras obras, R\$300.000,00 é muito pouco.

O Deputado Bené Guedes (em aparte) - Esse é um trabalho do Deputado que está lhe falando. Se V. Exa. conceder-me o aparte, poderei falar mais a respeito disso, que é fruto do meu trabalho. Pode ser pouco, mas para mim é muito. Na conjuntura atual, de vacas magras, V. Exa. pode até ironizar, mas considero um bom recurso, e minha cidade foi atendida.

O Deputado Miguel Martini - Deputado Bené Guedes, parabéns a V. Exa., que conseguiu arrancar migalhas deste Governo. Pelo que tenho ouvido, este Governador não recebe nem Deputado. Essas obras devem ter sido inusitadas.

Nesses três anos, o orçamento do Estado gira em torno de R\$40.000.000.000,00, e achar uma obra de R\$300.000,00 é uma coisa estrondosa. O Governo está gastando muito mais do que isso em cada inserção que faz no horário nobre da TV Globo. Pelo que tenho de dados, um minuto, no horário nobre da TV Globo, custa R\$150.000,00, duas inserções já somariam esses R\$300.000,00. É algo irrisório, insignificante.

Lamento que um projeto de tamanho alcance social, que beneficiaria a população jovem do Estado, resgataria muitos deles de práticas como furtos, drogas e de outras atividades nocivas, por falta de sensibilidade, está vetado.

Mas tenho certeza de que esta Casa, como tem feito de outras vezes, vai mostrar ao Governador que lei quem faz e aprova é a Assembléia e não vai aceitar esse veto. Muito obrigado.

Questão de Ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, servidores, telespectadores da TV Assembléia: quero discutir esse veto, falar sobre o projeto, mas não queria usar todo o tempo, creio que não há necessidade disso, porque a Assembléia já se debruçou sobre ele, manifestando-se favoravelmente. Espero que novamente ela possa se manifestar favoravelmente ao projeto, contra o veto, como a Comissão Especial já se

manifestou.

Solicito que V. Exa. faça a recomposição do quórum, pois gostaria de discutir com a presença dos Deputados. Sei que muitos estão em reuniões de comissões, pois há várias funcionando. Não quero gastar todo o tempo destinado para a discussão, mas gostaria de contar com a presença dos Deputados. Faça um requerimento a V. Exa., solicitando a recomposição do quórum.

O Sr. Presidente (Deputado Ivo José) - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado João Batista de Oliveira) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 38 Deputados. Portanto, há quórum para prosseguir a discussão. Com a palavra, para discutir o veto, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite* - Obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de discutir o veto total à proposição de lei de nossa autoria, lamentando que o Governo não lhe tenha dado a merecida atenção. Reconheço que a Assembléia dedicou atenção ao projeto, tendo muitos Deputados contribuído para sua melhoria. Agradeço particularmente à Comissão Especial que tratou da apreciação do veto e ao Deputado Fábio Avelar, que relatou por sua rejeição. Considero esse projeto um instrumento importante para a melhoria das condições de aprendizagem.

Vimos acompanhando a avaliação feita na rede estadual de educação, cujo resultado, desastroso para o Estado de Minas Gerais, demonstra a total falta de perspectiva de nossos jovens.

Segundo essa avaliação, 80% dos alunos das escolas estaduais de Minas Gerais não têm condições de raciocinar cientificamente, de elaborar, de pensar. O que falta aos nossos jovens não é capacidade, mas condições para que tenham uma melhor "performance" na vida estudantil. O Estado não tem dado condições para que eles tenham um melhor rendimento.

As pesquisas, passando especialmente por matérias importantes na aprendizagem, mostram números desastrosos relativos ao rendimento dos jovens nas escolas. Alguma coisa tem que ser feita. Não adianta tratar da questão quando não temos como melhorar a "performance" desses jovens. As condições devem ser dadas desde a educação infantil.

Esse sistema de avaliação demonstra que as nossas crianças de até 6 anos não estão sendo atendidas no Estado. Elas estão caminhando para a mesma situação em que se encontram os jovens de hoje. Se mais de 90% das nossas crianças até 3 anos estão fora da creche e as de 3 a 6 anos fora da pré-escola, o futuro delas já está escrito. Apenas 30% das nossas escolas têm espaço esportivo, de lazer, especialmente para educação infantil, que é a época em que a criança está experimentando o desenvolvimento psicomotor, começando a ter gosto pela escrita, pelo desenho. Isso significa que não estamos dando condições para as crianças se desenvolverem. E, no futuro, elas vão ser avaliadas por esse sistema. Para que isso, se já sabemos o resultado final, tendo em vista a falta de condições para essas crianças? No futuro, elas não irão elaborar nem pensar cientificamente. Está sendo cometido um crime contra as crianças em Minas Gerais. E todos nós, bestializados, estamos acompanhando essa situação.

Uma vez, a Assembléia Legislativa já votou favoravelmente. Agora, ela tem que votar contrariamente e rejeitar o veto do Governador. Não temos dúvida de que uma das condições para o desenvolvimento das crianças é o esporte, é o lazer. As crianças de até 6 anos que estão no ensino fundamental da escola estadual precisam ter a oportunidade de ter lazer, de brincar, de jogar, de correr, de viver em equipe, em união e de ser educadas informalmente, porque é isso que o esporte faz por nossas crianças. Para jogar vôlei, precisamos de uma equipe de seis pessoas, e temos de colocar os limites da quadra; para jogar basquete, temos regras; para as diversas modalidades do atletismo, também há regras: para os 100 metros, 400 metros, 800 metros, 1.500, para as corridas de longa distância, etc. E tudo isso entra na cabeça das crianças e dos jovens como educação. E esta é a melhor educação, porque é prazerosa. O esporte possibilita que as crianças e os jovens tenham contato com os outros, com a equipe. É ali que vão aprender que nem sempre é possível vencer; que, em alguns momentos, vamos perder, e que têm de aprender a perder e a respeitar o adversário.

Mas as nossas crianças, em Minas Gerais, não têm essa oportunidade, a não ser quando um cidadão abnegado do Estado forma um grupo de crianças e jovens e, contra tudo e contra todos, mantém e ajuda uma equipe. Foi dessa maneira que tive oportunidade em minha vida; foi dessa maneira que experimentei uma grande transformação social. Foi por causa de abnegados da vila onde nasci, em Belo Horizonte, que tive a oportunidade de jogar futebol: um dia, alguém achou que eu tinha condições e me levou para treinar em um grande clube. E muitos brasileiros também só experimentam a transformação social por meio do esporte. Para eles, não há outra possibilidade; a distância é tão grande, que não há outra forma de experimentarem uma transformação social.

Mas alguns querem negar a importância do esporte; acham que o esporte é apenas rolar uma bola e não significa mais nada. Pensam que é apenas rolar uma bola, e todas as questões estarão resolvidas. Pensam que é para quase nada, como consta em um livro que li recentemente; o capítulo que trata do esporte leva o título de "O Direito ao Ócio". Para alguns, o esporte é apenas ócio. Mas não é assim. O esporte é uma arma poderosa para a educação; uma arma poderosíssima contra a marginalização.

Quero aproveitar a presença em Plenário do Deputado Fábio Avelar para, mais uma vez, agradecer-lhe o parecer que emitiu na Comissão Especial que apreciou o veto. O Deputado, entendendo a importância do projeto, deu parecer pela rejeição do veto, e espero que todos o acompanhem. Tive a oportunidade de ler o parecer e de ver o cuidado que o Deputado Fábio Avelar teve em tratar de cada um dos pontos do projeto que o Governo aponta como inconstitucional, e creio que o parecer de V. Exa. vem dar ainda mais força ao projeto. Penso que V. Exa., como a maioria dos meus companheiros e companheiras na Assembléia Legislativa, entendeu a importância desse projeto, o que, aliás, não é novidade. Em todo o mundo, o financiamento do esporte, da cultura e da educação tem-se dado dessa maneira. E, como V. Exa. diz em seu relatório, não se trata de renúncia fiscal; não é isso o que o projeto está dizendo. O Estado não está abrindo mão de nem um centavo. E foi dessa maneira que pôde fazer, por exemplo, toda a reforma do Palácio das Artes; foi com a lei de financiamento da cultura que o Estado pôde recuperar aquele espaço cultural tão importante não somente para Minas Gerais, mas também para todo o Brasil. Aquele espaço, local onde temos a oportunidade de acompanhar grandes atuações, foi totalmente recuperado por causa dessa legislação.

Quando Secretário Municipal de Esportes de Belo Horizonte, tive a oportunidade de ver a força do esporte. Tive a oportunidade de perceber isso em minha vida e na de alguns companheiros, mas também pude ver isso como coordenador de uma área tão importante para a cidade. Então, quando Secretário Municipal de Esportes, tivemos a oportunidade de criar 12 projetos, alguns dos quais permanecem, como o Projeto Dente de Leite, pelo qual ex-jogadores de futebol dão treinamento para as crianças em núcleos que estão colocados em áreas carentes de Belo Horizonte.

Tenho sempre a oportunidade de me encontrar com esses ex-jogadores, que dão treinamento para as crianças e falam da importância desse projeto para as comunidades de jovens e de crianças de Belo Horizonte. Recentemente, visitei um desses núcleos e joguei futebol com as crianças, em torno de 200.

Vemos como esse esporte e como uma lei de financiamento dos projetos esportivos no Estado pode ser importante. Estou vendo, por exemplo, nesse sistema de avaliação que foi feito em Minas Gerais, as regiões em que os alunos tiveram pior "performance". Sonho com a possibilidade de que essas regiões tenham financiamento por meio de uma lei. Espero que a lei do financiamento do esporte dê oportunidade para que essas regiões dêem acesso à educação informal a esses jovens, a uma vida diferente e à possibilidade de terem uma transformação social.

Entre as atividades humanas que temos, talvez a mais democrática seja o esporte, especialmente algumas modalidades esportivas. Quero discorrer sobre isso, mas agora concedo, com muito prazer, aparte ao Deputado Edson Rezende.

O Deputado Edson Rezende (em aparte)*- Deputado João Leite, no primeiro momento da discussão desse projeto, numa audiência pública em que ouvíamos o Presidente do Minas Tênis, que ainda não era Secretário de Estado, lembro-me perfeitamente da sua fala ao destacar a importância do seu projeto. Como representante de um segmento do esporte, o atual Secretário de Esportes aprovava essa forma de estimular o esporte em Minas Gerais.

Com relação ao incentivo fiscal, fica parecendo que se trata de uma forma de o Governo conceder recursos a empresas privadas, etc., que poderiam, elas mesmas, ter os seus recursos. Mas quero falar de uma outra face que poderíamos estar discutindo: o Estado teria que assumir sozinho o esporte, como forma de vida, conceito de vida. Ao invés de falar em doença, estaríamos falando de um conceito moderno de saúde.

Hoje o conceito de moderno que se coloca na Medicina já não é o conceito de doença. Não devemos falar somente da questão da doença, mas apontar para uma outra direção, para a saúde. O mundo moderno já faz isso há mais de 20 anos, e nós, no Brasil, ainda estamos engatinhando nessa questão.

Quando falamos em esporte, estamos falando em saúde física, psíquica, em comportamento, em formação da personalidade do jovem e da criança, em alegria, estamos falando em uma coisa que previne o estresse e doenças, que é a alegria de conviver. Estamos falando da solidariedade, do comportamento conjunto e coletivo, e não, somente da questão individual. Estamos falando de uma coisa que ainda não foi olhada, que ainda não teve nenhum investimento do nosso País, que ainda não abriu os olhos para essa questão. O esporte transforma a sociedade. Uma sociedade mais feliz e solidária é uma sociedade com menos doença. Quem ama não adocece, e quem faz o esporte solidário ama, transforma e constrói o amor solidário.

Seu projeto, João Leite, na verdade, busca o seguinte: ao invés de o Estado assumir sozinho essa questão da saúde, chama as empresas para que cumpram também seu papel, dividindo com elas o custo desse papel. Não é um incentivo fiscal único, como se somente as empresas fossem se beneficiar. É um incentivo também para as pequenas empresas que existem no interior, em cidades que não têm um campo de futebol, que não têm uma área de lazer. Os campos de futebol deste País vêm diminuindo. Pesquisas feitas especialmente nas Capitais e nas médias cidades mostram que os campos de futebol estão sendo ocupados por construções de casas populares, diante da situação social dramática da falta de moradia que existe neste País.

Um projeto como esse chama a empresa privada, chama o Estado e coloca uma responsabilidade para os dois, não somente para o Estado. Não se está empurrando exclusivamente para o Estado, o que poderia ser feito, dizendo que o Estado é o responsável pela questão da vida, da saúde. Saúde não é somente um posto de saúde. O esporte é o melhor instrumento preventivo, que gera saúde e evita doença.

Deputado João Leite, seu projeto é fantástico, e nós o aprovamos no primeiro momento, esta Casa aprovou, e quero crer que esta Casa, num entendimento fundamental sobre saúde, possa derrubar esse veto e fazer com que uma nova era na relação de saúde e doença comece por um projeto como esse. Discutimos aqui um conceito diferente daquele do Executivo, e nós, que estamos nas bases, sabemos muito bem disso. Quantas vezes somos abordados por Presidentes de clubes varzeanos que precisam de camisa, que precisam de uma bola, que não têm dinheiro para comprar uma bola de futebol que custa R\$20,00 ou R\$40,00? O Governo não pode dar um incentivo fiscal para a saúde? Não é um incentivo fiscal para que uma empresa produza mais e desta forma possa ganhar mais. É um incentivo fiscal para a saúde, para o novo momento, para a juventude que está sem espaço, uma juventude que está se drogando porque não consegue se encontrar, não consegue se divertir, não tem espaço para isso, só tem espaço nos botecos. Vamos sair dos botecos e vamos para as praças fazer esporte, alegria, solidariedade e construir um novo momento. É pela juventude que fazemos isso. Parabéns pelo seu projeto, estamos com você.

O Deputado João Leite* - Muito obrigado, Deputado Edson Rezende. O seu aparte foi brilhante, ao abordar lados importantes dessa questão. Enquanto V. Exa. falava, fiquei pensando em muitas coisas. Espero não perder tudo aquilo que, ao falar, V. Exa. trouxe ao meu pensamento. A primeira coisa está na sua fala final, quando tratava justamente dos jovens. Há alguns anos, o Exército Brasileiro recrutava 70% dos nossos jovens da faixa etária dos 18 anos. Quando eu estava nessa idade, o jovem ia procurar emprego e a primeira pergunta que se fazia era a seguinte: "Você já serviu ao Exército?". Hoje, aproximadamente, só de 2% a 4% dos jovens dessa faixa etária são recrutados pelo Exército para servi-lo. Ele está, como V. Exa. disse, totalmente abandonado.

A outra questão importante que V. Exa. levanta trata da participação. Vejo uma parte dos nossos cidadãos, um segmento tão importante na sociedade brasileira - temos aqui o Deputado João Batista de Oliveira representando-os. Tive oportunidade de, viajando pelo mundo, ver a presença dos portadores de deficiência no esporte com um atendimento especializado, com um acesso especial ao esporte, um acesso privilegiado para os grandes encontros esportivos. Era comum para mim, no grandes jogos no exterior, ver sempre perto da baliza os portadores de deficiência participando de competições, nas pistas, e, depois, assistindo aos grandes jogos. Vejo como é importante essa lei para os portadores de deficiência, para que eles tenham condição de praticar o seu esporte. Temos, por exemplo, em Minas Gerais, no nosso País, grandes equipes de basquetebol em cadeira de rodas. Temos uma mineira portadora de deficiência e campeã de atletismo nas Olimpíadas. Vemos a importância do financiamento do esporte para a nossa sociedade como um todo e também para os portadores.

A fala do Deputado Edson Rezende também me dá oportunidade de lembrar quão importante é a saúde. Dizem que, em uma reunião ministerial há alguns anos, estando presentes o Ministro da Saúde, Adib Jatene, e o Ministro dos Esportes, Édson Arantes do Nascimento, Pelé, este brincou com o Adib Jatene tirando a placa que o identificava como Ministro da Saúde e a colocou diante de si, porque esse era o seu entendimento, ou seja, o de que o verdadeiro Ministro da Saúde era o Ministro dos Esportes. Sabemos que isso é um pouco de exagero, mas mostra, de alguma forma, a importância do esporte na vida do cidadão.

Lembro-me de que, há alguns anos, o Deputado Hely Tarquínio, a quem respeito muito nessa área, como médico, psiquiatra e um grande pensador das questões sociais, sendo Secretário de Esportes de Belo Horizonte, quis trazer a Belo Horizonte o Dr. James (...), autor do estudo sobre a caminhada. Foi ele que, pela primeira vez, pegou 3 mil homens com 65 anos de idade que caminhavam três vezes por semana, por 40 minutos, e escolheu também 3 mil homens com 45 anos de idade que eram sedentários, não faziam nada. Ele provou que os homens de 65 anos de idade que caminhavam tinham melhor condição cardíaca - é V. Exa. quem pode nos ajudar -, melhor condição física. Os de 65 anos tinham melhor condição física que os de 45 que eram sedentários. Não faziam, Deputado Rogério Correia, caminhadas como fizemos em Buritit, até a Fazenda Barriguda, na segunda-feira. É importante para a prevenção, e V. Exa. pode nos ajudar nisso.

Com esse projeto, poderíamos financiar a construção de pistas de caminhada nas diversas cidades de Minas Gerais, para prevenir os males deste nobre músculo que alguns chamam de relógio, e V. Exa. chama de coração.

Com muito prazer, concedo aparte a S. Exa. o Deputado Hely Tarquínio.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte) - Ilustre companheiro Deputado João Leite, também queria fazer minhas as palavras do Deputado Edson Rezende e as suas. Voto pela derrubada do veto.

Temos uma máxima que diz: "Corpo são, mente sã". Historicamente, essa foi a inspiração para a primeira Olimpíada, que aconteceu na Grécia. As Olimpíadas não existiam somente para o culto do corpo, mas para que a mente fosse sã. E também para fazer uma comunhão da humanidade por meio da prática do esporte, procurando a identificação entre os povos, que promoveria o desenvolvimento não só do corpo e da mente como também da sociedade. Essa é a inspiração das Olimpíadas, que têm aquela tocha tradicional. Vejam como o nosso Governador está defasado no tempo, está defasado na consciência das Olimpíadas, que se repetem de quatro em quatro anos. As Olimpíadas não eram para profissionais, mas para os atletas do esporte amador, sem compromisso algum com qualquer tipo de finança ou grupo. Infelizmente, isso não existe no mundo moderno.

A sua lei veio exatamente num momento importante, porque ela é preventiva para a saúde do ser humano. Nós que trabalhamos nesse setor muitas vezes temos que dar atestado para aqueles que praticam esporte, seja natação, vôlei, etc. O atestado não é simplesmente para cumprir um rito, o que nem sempre é valorizado. Esses atestados sem compromisso acontecem muito. A sua lei, quando regulamentada, exigirá o atestado. Durante a prática do esporte, podemos ter os primeiros sintomas de uma doença que não foi ainda diagnosticada.

Seria importante termos verbas para o incentivo da prática de esportes. As empresas, tenho certeza, não vão se furtar a isso, desde que seja uma coisa razoável, porque vão cooperar muito com a saúde integral do ser humano.

Você se referiu à caminhada, que é também um esporte. Temos uma multiplicidade de esportes para o gosto de cada um. Como médico, duas coisas posso receitar: água e caminhada. A caminhada não tem restrição de faixa etária. Pode haver alguma doença terminal ou mais complexa que a impeça, mas, de modo geral, todo o mundo pode fazer caminhada, desde que seja avaliado por um médico ou profissional da área. Posso receitar, sem a menor complicação, a água e a caminhada. A água, quando a gente tem alguma doença renal crônica complicada ou terminal, às vezes não pode ser ingerida em volume tão grande. Mas sempre se pode bebê-la.

Então, sua lei não tem valor apenas semântico, significando a importância da saúde. Tem também o valor polissêmico, ou seja, tem muitos significados em vários setores. É uma lei multidimensional. Você está de parabéns por essa proposta. Só o Governador, em seu isolamento, talvez por falta do aconselhamento de alguma pessoa da área, não percebeu o seu alcance, que é multidimensional. Ao se materializar "ipsis litteris" essa lei, Deputado João Leite, vamos fazer muitos diagnósticos de doenças que terão passado despercebidas. Quando o indivíduo fizer um exame prévio para o atestado médico ou começar a desenvolver alguma atividade, poderá apresentar sintoma de alguma doença que poderá ser detectada facilmente. Por isso, sua lei contribui também para a saúde preventiva, para os diagnósticos, e não, somente para a saúde em si.

Não há dúvida de que o esporte vai solicitar uma participação harmônica da musculatura. A natação, principalmente, é muito saudável até para os asmáticos, que muita gente acha que não podem praticar esportes. Pelo contrário, desde que com aconselhamento médico, podemos banir muitas bronquites asmáticas e doenças pulmonares obstrutivas. Fica aqui, portanto, a nossa visão a respeito desse tema. Não vou repetir as palavras do Edson, que foram brilhantes. Ele abordou esse lado da solidariedade, da felicidade, da alegria que o esporte causa.

E acrescento mais um aspecto: você vai atingir todo o território de Minas Gerais. Muitas vezes não conseguimos atender aos direitos de todos os habitantes dos rincões mais distantes. À medida que essa lei for aplicada, talvez o Governador faça uma regulamentação, dando oportunidade para cada município cuidar do esporte ou até distritos e povoados, lugares mais distantes, com poucos habitantes. Nos feriados, quando o indivíduo tiver dois, três dias livres, terá um entretenimento. Nas grandes cidades, por exemplo, quando temos dois, três, quatro dias de recesso, acontece grande quantidade de crimes. E a violência está se espalhando por todos os rincões deste Brasil. No esporte, quando o indivíduo fica em um campo de futebol por 3 ou 4 horas, porque as peladas não têm tempo marcado e os meninos têm grande disposição para jogar, ele se torna mais feliz e a violência não acontece, porque todos estão voltados para a prática do futebol, do voleibol, da natação, etc.

Assim, nos dias de recesso, o esporte será o principal motivo de entretenimento. Tenho a impressão de que essa é uma forma de combater a violência. Em segundo lugar, vamos fazer muitos diagnósticos no atestado médico preventivo que vai ser exigido. Além disso, vai haver também o fortalecimento do elo de amizade entre as pessoas. E vai acontecer a solidariedade entre elas nos momentos mais difíceis que aquela comunidade enfrentar. No mundo, temos uma peregrinação calcada e vivenciada no sofrimento. Sempre temos projetos para a busca da felicidade, da alegria, da convivência harmônica.

Você é um atleta de Cristo, também um atleta no parlamento, onde desempenha com altivez sua função, e vai contribuir muito na medida em que houver compreensão do Governo para não vetar - aliás, já vetou, mas nós, derrubando o veto, temos de sensibilizar o Governador para que o povo possa, pela prática do esporte, ser mais feliz e, nos fins de semana, praticar diversos tipos de esporte, para que não tenhamos tanta violência e possamos ser mais felizes. Parabéns por seu projeto, e vamos votar pela derrubada do veto.

O Deputado João Leite* - Obrigado, Deputado Hely Tarquínio. Mais do que um aparte, foi uma aula desse brilhante Deputado, médico, psiquiatra e pensador das coisas.

Uma coisa muito importante é que, por exemplo, nas ligas de futsal, de futebol ou de vôlei lá de Patos de Minas, para o atleta disputar o campeonato, tem de fazer o exame médico. Quando eu era jogador do infantil do Alvorada da Vila Oeste, o departamento de futebol amador de Belo Horizonte exigia na inscrição para disputa do campeonato o exame médico. Em todas as ligas do interior, é uma das exigências para participação. Toda inscrição para cada campeonato é acompanhada de um novo exame médico que dá a oportunidade de haver diagnósticos que acompanharão a vida dos jovens participantes.

O outro aspecto que V. Exa. levanta é sobre o recurso que poderá ir para todo o Estado, mais ou menos como era a idéia da subvenção social, que já não existe na Assembléia. Creio que não tem de ser Deputado para distribuir subvenção, mas pergunto: se elas não estão na Assembléia, se os Deputados já não as indicam, estão onde? Estão sendo destinadas para as regiões de Minas como anteriormente? Não conseguimos ver isso. Irão para todos os lugares?

O orçamento da Secretaria de Esportes, para este ano, em Minas Gerais é de R\$3.000.000,00. Se rejeitarmos o veto do Governador, teremos, para este ano, mais R\$12.000.000,00 para investimento em esporte. A associação de vôlei de Muriaé, quando quer financiamento, procura uma empresa de Muriaé, que, em vez de pagar ao Estado o ICMS, vai investir naquele projeto. Patos de Minas, Jequitinhonha, Norte de Minas, vale do Mucuri, em todos os lugares teremos a possibilidade de uma empresa que tem de pagar até 4% do que deve investir em um projeto esportivo com crianças e jovens. É isso que o Governador vetou.

O Deputado Cristiano Canêdo (em aparte) *- Muito obrigado, Deputado, pelo aparte. A Lei de Incentivo ao Esporte, da forma proposta, beneficiará o esporte. Quero dar um testemunho: em nossa região, V. Exa. citou Muriaé, na Prefeitura do governo anterior, minha esposa era Secretária de Cultura do município e utilizou muito a lei de incentivo à cultura junto às empresas locais e lá se construiu uma escola de música, conseguiram equipamentos para ela, construiu-se um teatro e restauraram um prédio de mais de 100 anos, em um total de R\$750.000,00, quase R\$1.000.000,00 investido em dois anos em projetos culturais.

Em vez de as empresas da região pagarem o ICMS diretamente ao Estado, o Estado concede, por meio dessa lei, que parte dele seja investida nos municípios. Quase todas as empresas do interior preferem que uma parcela do imposto fique no próprio município.

Quantas e quantas ações esportivas não há no Estado? Quantas e quantas pequenas empresas, por menor que seja a cidade, não pagam imposto? Um pequeno supermercado em minha cidade, por exemplo, paga em torno de R\$10.000,00 de ICMS por mês. O proprietário gosta de esporte e ajuda com recurso próprio. Com essa lei, vai ajudar muito mais. Quantos e quantos times de futebol de salão e de campo, basquete, vôlei, ginásios poliesportivos, construídos pelo Governo Federal em convênio com o município não existem pelo interior? São muitos, mas todos sem recursos para treinar o esportista amador para, futuramente, virar profissional.

Temos vários projetos importantes na pauta para serem votados. O que V. Exa. defende é o primeiro. Há 11 vetos do Governador. Os servidores do IPSEMG aí estão, esperando que votemos.

Os balões pretos do pessoal do IPSEMG retratam a tristeza pelo veto do Governador. Os esportistas do interior também estão tristes, sem recurso, sem investimento, sem nada. Por causa do veto do Governador, também o esporte amador do interior está de luto. Mas hoje, à tarde, as bolas pretas se tornarão coloridas, porque, tenho certeza, vamos derrubar os vetos e votar favoravelmente aos projetos do esporte e do IPSEMG.

O Deputado João Leite* - Agradeço o aparte do Deputado Cristiano Canêdo.

Sabemos dos benefícios da Lei de Incentivo à Cultura na recuperação do Palácio das Artes, mas não tínhamos conhecimento das grandes obras realizadas em Muriaé, graças à mesma lei. Fico feliz de saber da preservação cultural nessa cidade.

Como V. Exa. bem disse, também é essa nossa expectativa em relação ao esporte. Ao rejeitarmos o veto do Governador, estaremos propiciando às pequenas empresas do interior ajudar o esporte no interior.

Agradeço ao Deputado Cristiano Canêdo pelo depoimento, que traz o exemplo claro de que o pequeno mercado, a padaria, ou seja lá que microempresa for, podem ajudar o esporte nas diversas cidades do interior. Fica patente o que pode representar a rejeição desse veto e a regulamentação dessa legislação. A lei dará capilaridade ao esporte. Será possível levar atividades esportivas a todas as cidades do Estado. Tenho a expectativa de que as escolas e os jovens sejam seus grandes beneficiários.

Há alguns anos, alguém teve a infeliz idéia de tirar a Educação Física de nossas escolas. Assistimos ao aumento da violência nas escolas. A matéria preferida de meus filhos é a Educação Física: hora de brincar, de jogar, de se descontraírem. A Educação Física permaneceu nas escolas particulares, mas foi suprimida das escolas públicas, privando os jovens e as crianças da alegria e do prazer. Não é fácil recuperar isso, ainda mais com uma visão ultrapassada em relação ao esporte.

Há discriminação e preconceito contra o esporte no nosso País, muitas vezes contra o desporto educacional. Recentemente, assisti a uma entrevista de Gustavo Borges, campeão de natação, a quem perguntaram por que toda vez que ganhava uma competição ostentava a bandeira brasileira, mas continuava morando nos Estados Unidos. Respondeu que chorava de saudade do Brasil, onde gostaria de morar. Não há diferença no treinamento do desportista; a escola é que é diferente. Nos Estados Unidos, pode-se estudar em blocos. Quando necessário, suas provas são adiadas por causa das competições e do treinamento, enquanto no Brasil o atleta é rechaçado da escola.

Apenas agora completei meu curso, porque a escola foi feita para excluir. O horário é este; se o aluno não estiver na escola, está fora. A prova é neste dia; se não a fizer, está fora. Enquanto isso, o atleta, viajando o mundo inteiro, conhecendo outras culturas, é excluído da escola por discriminação e preconceito.

Agradeço aos companheiros que heroicamente permaneceram me ouvindo, a quem peço apoio para rejeitarmos esse projeto. O Deputado Miguel Martini, Líder de minha bancada, já nos posicionou em relação ao veto do IPSEMG e aos outros vetos. O PSB votará pela rejeição dos vetos do Governador.

Questão de Ordem

O Deputado João Batista de Oliveira - Caro Presidente, Deputada Maria Olívia, Deputado João Leite e Deputado Luiz Menezes, gostaria de falar muito pouco e comentar o veto. Mas, como tenho esperança de votar algum projeto nesta manhã, solicito a V. Exa. seja feita a chamada para recomposição de quórum. Falarei uns 3 ou 4 minutos e, em seguida, tentaremos votar.

O Sr. Presidente (Deputado Olinto Godinho) - É regimental. Solicito à Secretária que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

A Sra. Secretária (Deputada Maria Olívia) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente (Deputado Olinto Godinho) - Responderam à chamada 17 Deputados; há 9 Deputados em comissão, totalizando 26 Deputados. Portanto, há quórum para o prosseguimento dos trabalhos. Com a palavra, para discutir o veto, o Deputado João Batista de Oliveira.

O Deputado João Batista de Oliveira - Gostaria de proceder à leitura da correspondência que o Governador enviou a esta Casa, em sua justificativa para o veto, encaminhada ao Deputado Antônio Júlio. (- Lê:)

- A Mensagem nº 258/2002 e as Razões do Veto, lidas pelo orador, foram publicadas na edição do dia 12/1/2002.

Inscrevi-me para falar em seguida à fala do Deputado Miguel Martini, pois gostaria de trazer o nosso apoio a essa idéia do esporte, que sabemos ser muito interessante. Mas também gostaria de tecer alguns comentários. A rejeição desse veto merece o nosso apoio, até porque, com qualquer regulamentação, essa lei não seria aplicada este ano. Se ela tivesse de ser aplicada ainda este ano, votaria contra, porque temos de cumprir o orçamento. Mas até que seja aprovada, promulgada e regulamentada, com certeza dará tempo para se fazer uma previsão orçamentária para o ano de 2003, para a inclusão desse projeto.

Gostaria de cumprimentar o Deputado João Leite pela autoria do projeto, que lembrou os tempos em que foi Secretário de Esportes da Prefeitura de Belo Horizonte. Na ocasião, fez um trabalho muito bom como representante do PSDB no Governo da Frente BH-Popular, quando teve um desempenho espetacular, dando uma função social à Secretaria.

Fico analisando como vamos votar hoje a derrubada do veto dos funcionários da saúde e do IPSEMG, que demanda recursos financeiros do Estado. Se concordamos com a implantação de qualquer projeto que possa diminuir a receita, ao mesmo tempo estamos votando um aumento de despesa. A Bancada do PDT vai votar pela derrubada do veto.

Temos que ter a cabeça fria para discutir esse tipo de projeto. Criar despesas para o Estado é muito simples. Voto pela derrubada do veto do projeto do Deputado João Leite, sabendo que não vai ser aplicado neste ano. Não queremos passar, neste ano, pelo constrangimento que Assembléia Legislativa passou, no ano passado, de ter de conceder recursos para sonegadores, para conseguir recursos para pagar o funcionalismo. Não queremos passar pelo constrangimento que também passamos, no ano passado, de votar uma taxa de licenciamento de veículo de R\$31,00 para cobrir também despesas do Estado.

Se aumentarmos simplesmente sem previsão orçamentária as despesas do Estado automaticamente, teremos de ir aumentando as cobranças de impostos, taxas e tributos para cobrir essas despesas. Como se indica a fonte, mas não há previsão orçamentária, o projeto é perfeitamente defensável para que se faça previsão para o ano que vem.

Sr. Presidente, quero também tecer um comentário sobre o pronunciamento do Deputado Miguel Martini, que, sem dúvida alguma, marcou um gol de placa dando oportunidade à Casa de analisar o projeto dos cartórios. Em Minas Gerais, os cartórios estão entregues a algumas famílias que ganham fortunas e atendem mal às pessoas. Pagam-se R\$2,00 para reconhecer firma. Há filas enormes, e não há nem onde essas pessoas possam se sentar. Essas mesmas famílias continuam hereditariamente passando os seus cartórios de pai para filho explorando o serviço público.

O Deputado Miguel Martini não conseguiu tirar os cartórios das famílias tradicionais que os herdaram, mas pelo menos está evitando que essas famílias agora sonaguem impostos. Obriga-se que todo documento tenha o carimbo do cartório. Os cartórios das grandes cidades principalmente são fontes de dinheiro.

Ao mesmo tempo, gostaria também de tecer um comentário sobre o que o Deputado Miguel Martini disse sobre o Governador Garotinho. O meu partido vai apoiar o Ciro Gomes à Presidência da República, mas achei um tanto injusto o Deputado Miguel Martini ter dito que o Governador Itamar Franco deveria tomar aulas com o Garotinho. Primeiro, se considerarmos o Governador Itamar Franco apenas pelos dois anos que passou na Presidência da República, verificamos que sua passagem foi positiva porque colocou o País nos trilhos e o tirou do caos. Esses dois anos já seriam suficientes para o Governador Garotinho ter de governar mais 200 anos para alcançar o currículo e a realização do Governador Itamar Franco.

Tenho algumas diferenças com o Governador, que nem me recebe em audiência, mas achei profundamente injusta a afirmação de que o Governador Itamar Franco teria que tomar aulas com o Governador Garotinho.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Primeiro, agradeço os elogios que V. Exa. fez a minha pessoa principalmente, conhecedores que somos aqui do seu trabalho, do seu desempenho e da sua maneira de atuar muito serena, muito prudente e muito madura. Agradeço os elogios em relação ao selo de fiscalização que, sem dúvida alguma, vem melhorar a receita de Minas Gerais, além de outras tantas vantagens, como a garantia da gratuidade para certidões de nascimento e óbito e o término das falsificações. Grande número de documentos eram falsificados, mas agora acaba essa possibilidade.

Em relação ao Governador Itamar Franco, tenho que analisar com base em informações. Falei do Governador Garotinho, e é um pouco suspeito falar dele, porque é do meu partido, reconheço isso. Mas estou falando de dados concretos. Ele assumiu o Governo do Rio de Janeiro depois de terem passado por lá Leonel Brizola, Moreira Franco, Marcelo Alencar, o último do PSDB, e aquele Estado estava falido. O Rio de Janeiro tinha o maior índice de criminalidade do País, hoje parece que está em 7º ou 8º lugar. O Rio de Janeiro estava falido financeiramente. O dinheiro que arrecadava não dava para pagar a folha do funcionalismo, que estava maior que a receita mensal. E o Governador Garotinho era oposição ao Governo Fernando Henrique Cardoso. Era do seu partido e continuou na oposição indo para o PSB.

O Governador Garotinho retomou a economia. O PIB de Minas era maior que o do Rio de Janeiro, chegamos a passar à frente desse Estado. Hoje o PIB do Rio está em R\$170.000.000.000,00 enquanto estamos na ordem de R\$130.000.000.000,00, graças ao Governo que estava lá. Ele saneou as contas do Estado, colocou o pagamento do funcionalismo em dia, concedeu os reajustes que deveria conceder, fez crescer a economia. Não resolveu todos os problemas, mas, quanto à questão da segurança pública, o índice de seqüestros reduziu a praticamente zero, o índice de criminalidade caiu.

Os técnicos do Estado que lidam com essa matéria podem ver que as contas do Governo do Rio de Janeiro estão disponibilizadas no "site" da Fazenda desse Estado, onde se têm todos os dados trabalhados. E aqui em Minas Gerais não vemos uma lei que o obrigue. Lá não obriga; aqui, sim, e ele não cumpriu. V. Exa. diz que foi na fase em que ele foi Vice-Presidente da República e depois acabou assumindo a Presidência, com a queda de Collor. Não posso ter como positivo algo por que ele não foi responsável. Se tivesse sido responsável por resolver o problema do Brasil, teria resolvido com muito maior facilidade o de Minas Gerais. Ele assumiu Minas Gerais com um déficit e o aumentou em 30%, 40%. Pegou uma economia que estava quase empatada com a do Rio de Janeiro, e hoje perdemos de longe. E a imprensa nos informa, a todo dia, sobre as empresas que estão saindo de Minas Gerais. Vou trazer os dados das microempresas - parece que 100 mil fecharam no Governo Itamar Franco.

Tenho que analisar com base em dados. Costuma-se criar uma imagem a partir daquilo que se fala na publicidade. A situação que ele viveu, quando governou o Brasil, quando era vice do Collor de Mello, era completamente diferente da que o mundo viveu depois de tantas transformações. O que vejo é que o Governador Garotinho foi duas vezes Prefeito de Campos e foi o melhor Prefeito do País. Hoje é avaliado como o melhor Governador dos maiores Estados do País, é o melhor Governador do País hoje. Tem 85% de aprovação no Rio de Janeiro. Já Itamar Franco, nós andamos pelo interior e só ouvimos reclamações, a ponto de o Deputado Bené Guedes, que me aparteu, ter falado que ficou feliz por ter, em três anos, recebido perto de R\$300.000,00 num município como Leopoldina.

Estou falando é desses dados. Por isso, acho que não seria nenhum demérito, porque precisamos aprender, como o Governador Garotinho, que foi a São Paulo aprender algumas coisas na área da saúde. E há Governadores indo ao Rio de Janeiro aprender como ele resolveu determinados problemas, como o da segurança pública, a questão social e várias outras.

Estou dizendo é que, se ele não mostrou aqui em Minas Gerais, quem sabe, se deu certo no Rio... E pode ser que ele não precise ir, mande os técnicos aprenderem como foi feito lá. Essa é uma prática normal. Eu, por exemplo, por ter sido Presidente da UNALE, por ter viajado por todo o País e visitado várias Assembléias, ter ajudado a criar a Conferência Parlamentar das Américas, ter tido contato com parlamentares europeus, da América Central, do Norte, do Canadá, muito disso me ajudou na minha atuação como parlamentar.

Então, o que falei foi exatamente isso. As experiências positivas podem ser copiadas, porque aqui ele ainda não mostrou. Os mineiros ainda aguardam que ele mostre que sabe governar, porque, até agora, não mostrou isso. Obrigado, Deputado João Batista de Oliveira.

O Deputado João Batista de Oliveira - Agradeço ao Deputado Miguel Martini e volto ao meu comentário, à minha reflexão. É muito fácil hoje.

Tenho, como já disse, algumas divergências com o Governador e sequer sou recebido por ele. Continuo achando-o profundamente injusto. Não é necessário pegarmos toda a sua trajetória, nos dois anos que o Governador Itamar Franco passou na Presidência da República, toda a sociedade brasileira reconheceu como ocorreu uma passagem positiva. Foi um momento favorável para o Brasil. Hoje, o Governo que V. Exa. representou por tantos anos, o PSDB - V. Exa. já foi Líder, aqui, do PSDB ... São Paulo hoje está com 1.800.000 desempregados. Nos últimos dez anos, São Paulo tinha 600 mil desempregados. Então, esse mesmo Governo que V. Exa. representou foi responsável pela triplicação do desemprego no País.

O Deputado Kemil Kumaira (em aparte)* - Deputado João Batista de Oliveira, V. Exa. é, sem dúvida alguma, uma das figuras mais ilustres deste parlamento. Isso em relação a seu caráter, a seu trabalho, a sua honestidade. Essa defesa intransigente que V. Exa. faz da tribuna da Assembléia é uma das causas mais nobres do povo mineiro. No entanto, acredito que o calor deste dia tenha influenciado negativamente o argumento que V. Exa. traz para defender a figura do Governador Itamar Franco. Acho que V. Exa. estaria muito mais coerente com o seu passado de lutas se estivesse exatamente dando a verdadeira versão daquilo que ocorre hoje em Minas Gerais. Temos um Governo totalmente desorganizado, um Governo que prejudica os interesses do nosso Estado, um Governo insensível às causas populares, haja vista que hoje na galeria há funcionários públicos representantes do IPSEMG. Eles vêm buscar os seus direitos, defender os seus interesses. Isso tem sido uma constante na Assembléia Legislativa. Há poucos dias, foram os defensores públicos. Hoje, é o IPSEMG. Amanhã, serão os empresários, com esses vetos que mostram, acima de tudo, a insensibilidade do Governador ao vetar aquilo que a nossa Casa, depois de debater, de discutir, de se aprofundar nos assuntos relevantes, apóia como uma das causas mais nobres do povo mineiro.

Lamentavelmente, sou obrigado a dizer que V. Exa. hoje não está em uma manhã muito feliz, ao analisar o Governo Itamar Franco da forma como vem fazendo. Primeiro, esse é o pior Governo que Minas Gerais já teve em toda a sua história. Nem o Vice-Governador Newton Cardoso, que deixou uma marca muito negativa, acusado de falcatruas, de desonestidade, respondendo a um processo de "impeachment" na Assembléia - eu, como ex-Presidente da Assembléia, fui quem presidiu a sessão que decidiu sobre o "impeachment" -, foi tão prejudicial aos interesses mineiros como o atual Governador. Pulamos de segundo maior Estado exportador do Brasil para o terceiro lugar. Já perdemos para os gaúchos. Amanhã, certamente, perderemos para os paranaenses, depois para os pernambucanos, se esse Governador vier a ser reeleito. É um Governo desorganizado. Quem governa o Estado não é o Governador, é o Presidente da COPASA, é o secretário particular, o Secretário Henrique Hargreaves.

E o que faz o Governador? Fica viajando, buscando apoio para ser Presidente da República. Ainda há pouco tempo, desistiu de ser Presidente da República, porque não encontrou apoio no seu próprio partido.

Vou concluir dizendo que o Governador Itamar Franco, quando deixa de receber V. Exa., parlamentar brilhante que é, dá uma demonstração de que não é preciso falar mais nada a respeito dele, a respeito da sua insensibilidade e falta de compromisso com os maiores interesses do povo de Minas Gerais.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Gostaria de dizer, nobre companheiro João Batista de Oliveira, que V. Exa. não foi infeliz ao falar desta tribuna. Pelo contrário, V. Exa. foi bastante lúcido em suas colocações quando se referiu ao Governador Itamar Franco. Muitas vezes, é mais fácil esquecer o que ele fez durante os dois anos em que ocupou a Presidência da República, quando o País estava um caos devido aos desmandos do Governo Collor de Mello, ao seqüestro do dinheiro das cadernetas de poupança e a outras coisas mais. Deputado Miguel Martini, quero dizer a V. Exa., que se referiu a números, que Itamar Franco deixou a Presidência da República com 86% de aprovação.

Voltando aos tempos atuais, quero dizer ao nobre Deputado Kemil Kumaira, por quem temos também uma grande estima, devido a sua atuação nesta Casa, que me permito discordar de V. Exa. O atual Governo não é o pior. Muitas vezes, as memórias são apagadas. O Governo anterior sucateou a segurança pública e o IPSEMG e ainda desviou R\$1.500.000.000,00 desse órgão para o caixa único do Governo. (- Palmas.) Nesta Casa houve uma CPI para investigar isso. Do IPSEMG também foram desviados R\$900.000.000,00 ou mais. Este Deputado foi o relator da CPI que investigou esses dados e essas informações. Tivemos, ainda no Governo anterior, a entrega da CEMIG. O controle acionário da CEMIG foi entregue a grupos norte-americanos. E o Governador Itamar Franco, de forma justa, com ação na justiça, reverteu a situação, e o Governo Estadual detém novamente o controle acionário dessa empresa. Como se não bastasse tudo isso, o Governo anterior ainda passou três anos sem pagar fornecedor. Então, como o Governador Itamar Franco encontrou o Estado? Falido e sucateado. Por isso, o ex-Governador Eduardo Azeredo foi um dos piores que passou pelo Estado de Minas Gerais. (- Palmas.) Infelizmente, o Governador Itamar Franco teve de consertar um monte de trapalhadas, passando dois anos de seu Governo pagando contas, como o décimo terceiro atrasado. Foi Itamar quem teve a coragem de sanear as contas do Estado. Muitas vezes, não sobrou dinheiro nem mesmo para execução de obras e para mandar para os municípios.

Deputado João Batista de Oliveira, como Deputado da base do Governo, também gostaria muito de fazer as emendas e destinar verbas para os Prefeitos. Mas prefiro que Estado passe a funcionar, porque o Governo anterior deixou o Estado em situação falimentar, porque não funcionava o IPSEMG, havia um rombo no IPSEMG, os fornecedores não eram pagos, e a CEMIG foi entregue. Houve um monte de trapalhadas. Além disso, o que foi gasto de dinheiro com publicidade no Governo Azeredo não foi brincadeira. Foi muito dinheiro.

Gostaria de dizer, Deputado João Batista de Oliveira, que penso diferentemente do Deputado Kemil Kumaira e do Deputado Miguel Martini. Se existe algum Governo ao qual podemos creditar o arraso de Minas, é o Governo anterior, não o Governo Itamar Franco.

Os nossos companheiros são Deputados atuantes, conscientes e coerentes no desenvolvimento de seu trabalho neste Poder, na apresentação de seus projetos e em sua forma de agir, bem como nas políticas desenvolvidas. Se fizermos uma comparação sensata, equilibrada, coerente entre os Governos, tenho a certeza de que concluiremos que o Governador Itamar Franco vai deixar o Estado em uma situação muito, mas muito melhor do que a que o Governo Azeredo deixou no final de 1998.

O Deputado Kemil Kumaira (em aparte) *- Serei breve. Quero apenas dizer que o Deputado Sargento Rodrigues declarou-se parte interessada ao dizer que faz parte da base de Governo. Eu também já fiz parte da base de Governo e sei que nesse caso, muitas vezes, procuramos dar números até ilusórios a respeito da atuação do Estado. Ele fez uma série de acusações que não condizem com a verdade. Primeiro, quando falou que ele deixou o décimo terceiro para o outro Governador pagar. O Governador assume no dia 1º de janeiro, e é natural, é comum, em Prefeituras e Governos, que o 13º salário seja pago até dividido em parcelas.

Quero que as pessoas das galerias saibam que sou um Deputado que há 30 anos só vota a favor dos funcionários públicos nesta Casa. Então, não é justo que eu seja vaiado. Isso seria como dar uma facada em minhas costas. Meu argumento não é contra o IPSEMG nem contra o funcionário público. Meu argumento é para dizer que o Governador Itamar Franco prometeu pagar aos funcionários públicos até o quinto dia útil do mês. Hoje é dia 3 de abril, e nenhum funcionário do Estado de Minas Gerais sabe em que dia vai receber. Mas as contas da COPASA, da CEMIG e outras que o Governo recebe através de seus órgãos públicos são cobradas com multas.

Por isso, Deputado João Batista de Oliveira, acho que V. Exa. deveria até estimular este debate, porque é um democrata. Isso é importante para esclarecer para aqueles que nos vaiaram ainda há pouco. Vamos chegar à conclusão de que não adianta a propaganda oficial dizer que esse Governo é bom. A pesquisa política que está sendo feita todos os dias dá ao Governador mais de 50% de rejeição. Não somos nós que estamos dizendo isso. É a voz do povo. A voz do povo é a voz de Deus. Não adianta eu dizer que o Governador é ruim, nem o Deputado Sargento Rodrigues dizer que ele é excelente. Quem vai julgar é o povo. E é isso que eu espero. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Nós falamos do 13º salário, mas estamos convivendo com diárias e ajudas de custo que não eram pagas desde 1997 pelo Governador Azeredo. E o Governador Itamar Franco colocou tudo isso em dia. Não se trata do 13º de 1998, mas até de diárias e ajudas de custo de 1997. E ainda me esqueci de falar sobre a educação. O servidor dessa área conhece muito bem e sabe que o setor foi sucateado, enquanto era vendida uma imagem, através da televisão e havia uma grande publicidade dizendo que a escola tinha computador mais isso e aquilo. O Governador Azeredo sucateou a educação, a segurança pública, desviou R\$1.500.000.000,00 do IPSEMG, R\$900.000.000,00 do IPSM, deixou o controle acionário da CEMIG na mão de grupos estrangeiros, deixou de pagar fornecedores por três anos e fez outras coisas desse tipo.

Então, não poderíamos deixar de fazer esta réplica. Continuo falando que V. Exa. foi muito lúcido e muito feliz nesta manhã quando falou aqui, de forma serena e tranqüila, sobre as ações desenvolvidas pelo Governador Itamar Franco.

O Deputado João Batista de Oliveira - Não fiz aqui uma defesa intransigente do Governador Itamar Franco, até porque em minha atuação nesta Casa, tenho apresentado críticas contundentes em relação a atos e ações administrativas do Governo. Fiz aqui uma defesa em relação à injustiça que se cometeu como se o Governador, em toda sua trajetória como Prefeito, Presidente da República, Vice-Presidente da República e agora como Governador tivesse sido um político malfeitor para a sociedade. Isso não é justo.

Ainda há sua atuação como Senador da República, dos mais brilhantes nacionalistas, defendia intransigentemente os interesses nacionais no Senado. Separei apenas os dois anos em que o Governador Itamar Franco exerceu a Presidência da República de forma benfazeja para todo o País e para toda sociedade.

Não gosto de citar nomes, Deputado Kemil Kumaira, V. Exa. me conhece, pois temos a oportunidade de trabalhar juntos em duas comissões desta Casa, mas achei profundamente injusto falar que o Governador Itamar Franco precisa de tomar aulas com o Governador Garotinho.

O Governador Garotinho se elegeu no Rio à sombra de Leonel Brizola e do PT, da Frente Popular. Logo depois, seu Governo mudou para a direita, dando direcionamento contrário ao que pregava até se eleger. Sabemos que o Governo do Rio de Janeiro tem ações administrativas positivas, mas sabemos também que o Governador Garotinho foi o primeiro a quebrar a Frente de Governadores de Oposição e negociar sozinho, entregar-se ao Governo Federal. Hoje, os estaleiros do Rio estão abertos porque o Governo Federal foi lá e bancou, não são recursos orçamentários do Estado do Rio.

Também sabemos que a Vice-Governadora Benedita da Silva anunciou que, Garotinho saindo no dia 5, na segunda-feira seguinte, abrirá auditoria sobre os R\$2.000.000.000,00 de dívida que ele acumulou ao longo do seu Governo.

Por isso, achei profundamente injusta a fala de que o Governador Itamar devia tomar aulas com Garotinho, muito embora ache que as pessoas tenham de aprender durante toda a vida. Mas não seria, na minha opinião, o Governador Garotinho um bom professor para o Governador Itamar Franco.

O Deputado Antônio Genaro (em aparte)* - O Deputado João Batista de Oliveira é um dos mais coerentes desta Casa, tenho por ele grande apreciação, mas tenho de fazer algumas considerações, como por exemplo, que o Governador Itamar Franco nunca foi eleito à sombra disso ou daquilo. Vou lembrar de 1982 quando Itamar Franco, ainda pleiteando o Senado, junto com Tancredo Neves foram tomar cafezinho em minha casa e pediram nosso apoio. Colocamos todas nossas forças para apoiar Itamar Franco para o Senado e Tancredo Neves para o Governo. Trabalhamos de suar a camisa. Só que, depois de eleitos, o Sr. Itamar Franco, então Senador, simplesmente não nos conhecia mais. É um indivíduo que pensa que é auto-suficiente, foi eleito quase sempre por acaso. Não vou dizer que ele foi Presidente da República tão por acaso, mas quase todos os cargos que obteve, como disse V. Exa., foi uma mão benfazeja que o levou a isso.

Tomara que o Governador Itamar Franco nunca seja Presidente, porque senão nosso País vai afundar, pois ele não pára.

Vejamos o caso do Governador Garotinho. O Rio de Janeiro recolhe do petróleo uma enorme verba para ajudar o Estado. Vocês acham mesmo que Garotinho iria ficar acompanhando, daqui e dali, Governadores que não têm petróleo, só para seu Estado ter prejuízo? Por se tratar de um jovem ainda em meio a uma carreira, acho até que ele está fazendo bem.

O Deputado João Batista de Oliveira - Por favor, Deputado, preciso concluir meu pronunciamento. Meu raciocínio não é julgar a administração do Garotinho.

O Deputado Antônio Genaro* - O que estou querendo dizer é que nem Itamar nem Garotinho são essa maravilha toda que dizem por aí. Vocês acham também que o PT vai assumir o Governo sem ficar futricando que gastou dinheiro não para pôr no bolso, mas para aplicar no Estado?

Itamar Franco não vai sair candidato a Presidente, porque tem um acerto alto a fazer com a CEMIG, que nem sei se conseguirá fazer. Ele tinha de ter pensado nisso antes.

O Deputado João Batista de Oliveira - Ocupo a tribuna para comentar a fala do Deputado Miguel Martini de que o Governador Itamar Franco deveria tomar aulas com Garotinho.

O Sr. Presidente (Deputado Ermano Batista) - Deputado João Batista de Oliveira, como Presidente, peço a V. Exa. que conduza seu discurso contrariamente ou na defesa do veto do Governador e que evite transformar a tribuna em palco de defesa ou acusação de quem quer que seja.

Falar sobre Itamar Franco, tudo bem, porque ele é o autor do veto. Para se conhecer uma obra, tem-se de conhecer o pensamento do autor, mas lhe peço: vamos nos restringir aos limites do Estado sem fugir disso.

O Deputado João Batista de Oliveira - Ouvi pacientemente o Deputado Miguel Martini não discutir o veto, para o que, contrariamente, havia pedido a palavra. Iniciou comentando o projeto do Deputado João Leite e, em seguida, entrou até na vida pessoal do Governador.

Achei injusto acusar Itamar Franco de insensibilidade por haver vetado o projeto. Fiz questão de ler os motivos do Governador, e acrescento: é muito fácil criar despesas para o Estado. Há teses de mestrado e projetos maravilhosos para resolver os problemas sociais do Brasil. Sabemos, no entanto, que o que nos faltam não são idéias, mas recursos.

Há, na pauta, um projeto muito bom do Deputado João Leite, que abre mão de R\$12.000.000,00 da arrecadação do Estado para o esporte, o que é justo. Mas, ao mesmo tempo, temos de derrubar - a bancada do meu Partido já decidiu por isso - o veto aos interesses dos servidores do IPSEMG. Se conseguirmos derrubá-lo, teremos também de garantir recursos para pagar aos servidores. É o caso do cobertor curto, que tem de ser puxado para um lado e para o outro.

Se criamos despesa para o Estado, temos também de criar receita. Não podemos novamente passar pelo constrangimento de ter de conceder anistia a sonegadores para arranjar dinheiro para pagar o funcionalismo e de ter de aprovar criação de taxa de licenciamento de veículo para prover o caixa do Estado, permitindo que o Governo honre seus compromissos.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Agradeço o apoio de V. Exa. ao projeto e à proposta de rejeição do veto. V. Exa. sabe quanto o respeito por sua inteligência, por sua sabedoria e por sua trajetória desde a Câmara Municipal, quando fui seu companheiro. Concordo que é difícil termos administradores perfeitos. Alguns administradores estabelecem prioridades. Em mais de três anos, o Governo do Rio de Janeiro nunca pagou ao funcionalismo público depois do dia 10. Não existe escala de pagamento naquele Estado.

O Deputado João Batista de Oliveira - Agradeço o aparte, Deputado João Leite. Não queria tratar da administração do Garotinho, mas insisto em que ele terá de fazer muita pós-graduação e muito mestrado para ser professor do Governador Itamar Franco.

O Deputado Miguel Martini falou sobre a publicidade do Governo. Sempre fui contra gastos excessivos com publicidade. Mas sabemos que as verbas publicitárias dos Governos são votadas nas Assembléias. A verba publicitária da Prefeitura é votada na Câmara. Todos temos a oportunidade de, quando o orçamento for votado, cortar as verbas de publicidade. Mas, quando chega aqui, todos se preocupam que vai atingir o interesse da Rede Globo, do "Estado de Minas", do rádio, etc. Na verdade, critica-se a publicidade, mas não se observa que a mídia, o quarto poder, no Brasil funciona como primeiro poder.

A publicidade do Governo Federal, da Presidência da República, do PSDB, consome rios de dinheiro, a ponto de pagar um cachê de R\$800.000.000,00 para a Rede Globo detonar a candidatura da Roseana e fazer propaganda do Serra. São coisas que o parlamento tem de discutir, para que a imprensa não exerça o poder e não eleja nem deseje candidatos, como aconteceu com o Collor.

A Prefeitura de Belo Horizonte é rigorosa em seu orçamento e tem uma administração digna. Mas todo dia vemos no horário nobre da TV: "O sol está aqui, o sol está lá, o sol está em todo lugar". Todos sabemos de quem é essa propaganda.

O Governo do Rio Grande do Sul também é de um partido de esquerda. Quem liga no Canal Rural assiste em rede nacional, o dia inteiro, à propaganda do Governo do PT. Todos os Governos têm verbas orçamentárias, e alguns não mostram a verdade de sua administração. Alguns mostram parte da verdade, e outros mostram alguma verdade. O Governador Garotinho também gasta muito dinheiro, até porque é marqueteiro profissional. Faz "marketing" até com sua trajetória pessoal e familiar.

No que diz respeito à publicidade, não adianta apenas ocuparmos a tribuna e criticarmos o que se está gastando. É necessário restringirmos a verba no orçamento do Estado e dar-lhe destinação mais justa e social. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Não havendo outros oradores inscritos, encerra-se a discussão. Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Fábio Avelar) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 16 Deputados. Não há quórum para a continuação dos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 232ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 4/4/2002

Presidência do Deputado Antônio Júlio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Questão de Ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Anderson Adauto - Antônio Andrade - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Ermano Batista - Fábio Avelar - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Sávio Souza Cruz.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

Questão de Ordem

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, hoje faz dois anos que a Loteria do Estado de Minas Gerais tirou a regulamentação das máquinas "off line", essas máquinas caça-níqueis que estão em toda Minas Gerais. Faz dois anos que o Governo parou de arrecadar. Até então, o Governo arrecadava R\$2.700.000,00 por mês. Vinte e quatro meses se passaram, as máquinas estão funcionando, os empresários da nossa Minas Gerais foram colocados para fora, pessoas de todo o País se instalaram em Belo Horizonte e em todo o nosso Estado.

Nesses 24 meses o Governo perdeu nada mais nada menos que R\$66.000.000,00. Só para lembrar, Sr. Presidente, a Prefeitura de Belo Horizonte deu para a Secretaria da Segurança Pública, durante os 12 meses do ano passado, R\$1.600.000,00. O Governo poderia estar arrecadando R\$2.700.000,00 para aplicar na segurança pública. As máquinas caça-níqueis aí estão. Como dizia o nosso saudoso Kafunga, "Neste País o errado é que é o certo".

Dois anos depois, a quem atende o jogo ilegal? Sr. Presidente, já fiz vários pedidos para a regulamentação do jogo, porque o jogo ilegal atende a poucos. O jogo do bicho está aí. Em vez de o bicheiro pagar o imposto, está pagando outra coisa, em vez de arrecadar, e o cambista, como trabalhador que é, em vez de ter o seu Fundo de Garantia, o seu 13º salário, recolhendo os seus impostos, está nessa situação.

Faz dois anos que o Sr. Toné pediu que o contrato das máquinas caça-níqueis fosse suspenso. Naquela hora, o Ministério Público dizia que iria acabar com a máfia do caça-níquel. E essa máfia só deu condição para o escândalo do ex-Procurador, que pediu R\$6.000.000,00 para a máquina funcionar. E não foi por imposto, e sim para o seu bolso. Isso foi noticiado por toda a imprensa.

Fico aqui tentando entender, Sr. Presidente, perguntando se Minas não precisa de R\$2.700.000,00 por mês. Pergunto aos mineiros, aos companheiros da imprensa, aos presentes nas galerias, aos Deputados e aos telespectadores da TV Assembléia - TV esta, como disse a Betânia, que eu criei há cinco anos para mostrar esta Casa a toda Minas Gerais; e agora, com a ajuda do Presidente, Deputado Antônio Júlio, estamos chegando a mais 100 municípios -, quem ganhou quando tiraram 486 empresários do jogo da Loteria de Minas Gerais e colocaram na clandestinidade? O jogo ilegal, Sr. Presidente, atende a poucos.

A Loteria do Estado de Minas Gerais, senhoras e senhores, em dois anos, deixou de arrecadar, de impostos, de taxa de fiscalização, nada mais nada menos que R\$66.000.000,00. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 341ª reunião ordinária, EM 9/4/2002

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.002, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais a projetos esportivos no Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.051, que dispõe sobre a recomposição das tabelas de valores mensais de vencimentos de cargos e funções de chefia dos quadros especiais de pessoal da FHEMIG e da HEMOMINAS e dos cargos do quadro de pessoal

do IPSEMG e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.052, que institui gratificação-saúde para o servidor do quadro especial de pessoal da Secretaria da Saúde e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.061, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2002. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer. Designado como relator em Plenário, o Deputado Dilzon Melo opinou pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.024, que dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimentos bancários. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.026, que dispõe sobre a exigibilidade de demonstrativo detalhado do serviço prestado pelas operadoras de telefonia no Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.042, que proíbe a empresa concessionária de serviço público de água, energia elétrica ou telefonia de efetuar a suspensão do fornecimento residencial de seu serviço nos dias que especifica e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.055, que dispõe sobre a política de proteção à fauna e à flora aquáticas e de desenvolvimento da pesca e da aquicultura no Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.063, que dispõe sobre a exploração e a fiscalização de loterias de bingo pela Loteria do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.048, que dispõe sobre o pagamento de débitos decorrentes da propriedade de veículo automotor. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer. Designado como relator em Plenário, o Deputado Mauro Lobo solicitou o prazo regimental para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.050, que dispõe sobre o Programa de Fomento ao Desenvolvimento das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte do Estado de Minas Gerais - Micro Geraes. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer. Designado como relator em Plenário, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva solicitou o prazo regimental para emitir parecer.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 97ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 10 horas do dia 9/4/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.988/2002, do Deputado João Paulo; 2.003/2002, do Deputado Miguel Martini; 2.004 e 2.005/2002, da Comissão Especial do Esporte; 2.006/2002, do Deputado Luiz Menezes; 2.013/2002, do Deputado Miguel Martini; 2.017/2002, do Deputado Antônio Júlio; 2.056 e 2.057/2002, do Deputado Olinto Godinho; 2.058 e 2.059/2002, do Deputado Sebastião Navarro Vieira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.887/2001, do Deputado Amilcar Martins; 2.032/2002, da Deputada Elaine Matozinhos; 2.047/2002, da Deputada Maria José Haueisen; 2.051/2002, do Deputado Durval Ângelo; 2.052/2002, do Deputado Eduardo Brandão; 2.054/2002, do Deputado José Henrique.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 18ª reunião ordinária da CPI do Preço do Leite, a realizar-se às 14h30min do dia 9/4/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: apreciar o relatório final da Comissão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 88ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 15 horas do dia 9/4/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.227/2002, do Deputado Dimas Rodrigues; 3.230 e 3.246/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.232/2002, do Deputado João Leite, e 3.242/2002, do Deputado Márcio Kangussu.

Finalidade: colher subsídios para a elaboração de parecer sobre os projetos de criação de regiões metropolitanas, em tramitação nesta Casa, e promover a troca de experiências entre representantes das atuais regiões metropolitanas, como Belo Horizonte, vale do Aço e outras, e das regiões a serem criadas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 89ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor, a realizar-se às 10 horas do dia 10/4/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir, em audiência pública, a elevação das tarifas de serviços públicos, registrada muito acima dos índices de inflação, desde a implantação do Plano Real.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 87ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 14h30min do dia 10/4/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.764, 1.865 e 1.912/2001 e 1.939/2002, do Governador do Estado; 1.998/2002, do Procurador-Geral de Justiça do Estado; Projeto de Lei Complementar nº 47/2001, do Deputado Ermano Batista.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.095/2000, do Deputado Rogério Correia.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 3.237/2002, do Deputado Geraldo Rezende.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 81ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 14h30min do dia 10/4/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 498/99, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 91ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 14h30min do dia 10/4/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.907/2001, do Deputado Luiz Menezes.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.233/2002, do Deputado Kemil Kumaira; 3.243/2002, da Comissão de Direitos Humanos.

Finalidade: obter esclarecimentos sobre a extinção da Câmara de Compensação Tarifária da Região Metropolitana de Belo Horizonte, o aumento do preço das passagens, o débito na referida Câmara e outros assuntos correlatos; a "caixinha" do DER-MG, que seria formada pela Taxa de Gerenciamento de Transporte e por 5% pagos às empreiteiras; e as centenas de convênios celebrados com municípios para fornecimento de massa asfáltica.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 9/4/2002, destinadas à apreciação dos vetos às Proposições de Lei nºs 15.002, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais a projetos esportivos no Estado; 15.061, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2002; 15.024, que dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimentos bancários; 15.026, que dispõe sobre a exigibilidade de demonstrativo detalhado do serviço prestado pelas operadoras de telefonia no Estado; 15.042, que proíbe a empresa concessionária de serviço público de água, energia elétrica ou telefonia de efetuar a suspensão do fornecimento residencial de seu serviço nos dias que especifica e dá outras providências; 15.048, que dispõe sobre o pagamento de débitos decorrentes da propriedade de veículo automotor; 15.050, que dispõe sobre o Programa de Fomento ao Desenvolvimento das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte do Estado de Minas Gerais; 15.051, que dispõe sobre a recomposição das tabelas de valores mensais de vencimentos de cargos e funções de chefia dos quadros especiais de pessoal da FHEMIG e da HEMOMINAS e dos cargos do quadro de pessoal do IPSEMG e dá outras providências; 15.052, que institui gratificação-saúde para o servidor do quadro de pessoal da Secretaria da Saúde e dá outras providências; 15.055, que dispõe sobre a política de proteção à fauna e à flora aquáticas e de desenvolvimento da pesca e da aquicultura no Estado e dá outras providências; e 15.063, que dispõe sobre a exploração e a fiscalização de loterias de bingo pela Loteria do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 8 de abril de 2002.

Antônio Júlio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 86/2002

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Eduardo Brandão, Hely Tarquínio, Luiz Tadeu Leite e Marcelo Gonçalves, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/4/2002, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2002.

Cristiano Canêdo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os Deputados José Braga, Adelmo Carneiro Leão, Cabo Morais e Carlos Pimenta, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/4/2002, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de obter informações sobre o financiamento e a responsabilidade do custeio de recursos humanos e a manutenção do Hospital de Pronto Socorro de Venda Nova.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2002.

Cristiano Canêdo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da CPI dos Cartórios

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dilzon Melo, Agostinho Silveira, Antônio Carlos Andrada, Durval Ângelo, Ivair Nogueira, Luiz Fernando Faria, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/4/2002, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de apreciar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2002.

Rêmolo Aloise, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fábio Avelar, Antônio Andrade, Maria José Hauelsen e Miguel Martini, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 12/4/2002, às 14 horas, na Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, com a finalidade de debater, com convidados, a instalação de antenas de telefonia celular no Município de Conselheiro Lafaiete.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2002.

José Milton, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

338ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 2/4/2002

O Deputado Aílton Vilela* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, galerias, todos os senhores devem ter acompanhado conosco o drama de uma família de Três Corações da qual foi levado o garoto Lucas Pereira Loureiro, de apenas 14 anos, num seqüestro que durou 24 dias e, graças a Deus e à ação do DEOESP, teve seu desfecho sem maiores traumas.

Infelizmente, esse não é um caso isolado. Todo dia, através dos jornais ou de um amigo, ficamos sabendo de algum caso de seqüestro, assalto e inúmeros assassinatos. E com nosso orgulho, sempre com a pretensão de achar que nunca vai acontecer conosco, percebemos nossa fragilidade, percebemos que a violência está cada vez mais perto de nós, que não adianta esbravejar, gritar, reagir, pois o inimigo não tem medo e faz de nós suas próximas vítimas.

A realidade tem sido cruel com nossos direitos civis e humanos. Vimos o seqüestro de alguns grandes empresários, como o do publicitário Washington Olivetto, felizmente resgatado são e salvo. Assustamo-nos com o triste desfecho de tantos outros casos, como, por exemplo, o da morte do Prefeito do Município paulista de Santo André, Celso Daniel. Aliás, seqüestros viraram moda, fazendo alvos até mesmo entre pessoas de pouco poder aquisitivo, que geralmente são vítimas dos chamados seqüestros-relâmpago.

Em Minas Gerais, nos últimos meses, fomos abalados por um grande clima de medo ao vermos quadrilhas de outros Estados agindo de forma abusiva e irônica, como nos seqüestros e assaltos a Bancos acontecidos principalmente no Norte do Triângulo Mineiro, na Zona da Mata e nesta Capital.

É difícil admitir que estamos ilhados, à mercê de bandidos perigosos, bem equipados e estruturados. No caso do garoto Lucas, citado inicialmente, um grupo de 12 seqüestradores estava bem articulado, portando armamento importado e pesado e remetendo-se, sempre, ao terrorista Osama Bin Laden, como forma de intimidação e demonstração de poder.

Enquanto isso, a polícia encontra algumas dificuldades para desempenhar seu papel. O apoio dos Governos Estadual e Federal tem sido limitado, pois os recursos financeiros são insuficientes para equipar adequadamente os órgãos de segurança, para oferecer melhor treinamento aos seus homens, visando torná-los mais preparados para enfrentar bandidos com superioridade, e não com inferioridade, como tem acontecido. Há poucos dias, chegamos a ver um militar dizendo a um repórter que só conhecia certas armas apreendidas com assaltantes pela televisão. Um verdadeiro absurdo.

E, principalmente por isso, tomamos hoje esta tribuna: para dar nossa palavra de conforto ao povo mineiro, informando que, mesmo sem equipamentos modernos, mesmo tendo de, às vezes, utilizar de suas armas particulares para entrarem em ação, mesmo sabendo que seu risco tem porcentagem maior do que o dos bandidos, a polícia mineira é digna de confiança. Estamos aqui para enaltecer e agradecer o trabalho da Polícia Civil, por intermédio do DEOESP, no caso do seqüestro do menino Lucas, hoje são e salvo, junto de sua família, sem nem ter sido pago o resgate.

Desde o dia em que Lucas foi levado, e seu padastro, nosso amigo Sandro, solicitou-nos ajuda, contamos com o imediato apoio do Secretário da Segurança Pública, Dr. Mauro Barroso Domingues, a quem devemos também nossos agradecimentos, destacando seu desempenho eficiente e eficaz à frente daquele órgão, visando à proteção do povo mineiro. Ele acionou o DEOESP, departamento composto por policiais de elite, sérios e amantes da profissão. Foi, então, enviada a Três Corações uma competente equipe, sob o comando do não menos apto Delegado Dr. Rogério Santos, que esteve 24 horas por dia, durante todo o período do seqüestro, agindo de forma inteligente, cuidadosa e sigilosa, preocupado principalmente com a segurança do refém. A família também recebeu apoio desse departamento, sendo todos confortados, dentro do possível, e instruídos sobre como agir diante das diversas situações a que foram expostos."

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Ouvi atentamente a manifestação de V. Exa. nesta tarde, sobre um tema de que o ilustre colega talvez não gostasse, durante a sua vida exemplar de parlamentar que tem honrado a sua querida Três Corações e a nossa região sul-mineira, de abordar: seqüestro. E, particularmente, seqüestro de menor.

Devo dizer a V. Exa., ilustre Deputado Aílton Vilela, que vivi, convivi e sempre estive ao lado de V. Exa. e da família de Lucas, desde o momento em que V. Exa. nos contou sobre essa terrível cena diabólica enfrentada na sua querida Três Corações. Lamentavelmente, mais uma vítima foi alvo de pessoas maldosas e sem coração, que fizeram de um menor de 15 anos refém, em busca de dinheiro.

Mas V. Exa. faz uma colocação muito perfeita - a eficiência da nossa Polícia Civil. Peço vênha também para estender o elogio a nossa Polícia Militar. A Polícia Civil esteve inteiramente ligada ao desfecho desse seqüestro, que foi desbaratado no Estado de São Paulo. Ilustre Deputado Aílton Vilela, tive o prazer de ouvir, nas primeiras horas da manhã do sábado, a voz de Lucas, manifestando a sua alegria em voltar para sua casa.

Quero parabenizar V. Exa., que também esteve à frente dos fatos relacionados com a solução desse seqüestro. Se V. Exa. me permitir, gostaria de citar também o nome do Dr. Carlos Eduardo, competente Delegado Seccional de Extrema, que acompanhou todo o trabalho juntamente com toda a equipe da segurança pública de Minas Gerais. Tenho certeza absoluta de que V. Exa., neste momento, traz essa reflexão muito

importante para nós porque jamais pensamos que isso vai acontecer com a nossa família. V. Exa. sentiu isso porque a pessoa seqüestrada é como se fosse da sua própria família. Vi a sua intranqüilidade.

Parabenizo V. Exa. por saudar a Polícia Civil por esse desfecho tão feliz para todos nós.

O Deputado Aílton Vilela* - Muito obrigado pelo aparte, ilustre Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Realmente, contamos com o apoio do Dr. Eduardo, Delegado de Extrema, experimentado profissional dessa área que muito contribuiu, como outros. O DEOESP contou ainda com o suporte da Polícia Civil de Três Corações, muito bem comandada pelo ilustre Delegado Regional, Dr. Edson Volpini. Aliás, abrimos aqui um parêntese para solicitar o empenho da Secretaria da Segurança junto ao Governo do Estado para equipar melhor a polícia da cidade, fornecendo mais viaturas e mais pessoal. Em Três Corações têm crescido substancialmente as taxas de criminalidade, principalmente em virtude de sua localização geográfica estratégica, entre São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, contando com o fácil acesso pela Fernão Dias. A região é bastante industrializada, atrai grandes empresários e tem sido alvo das rotas de tráfico de drogas. Com isso, o número de marginais que aterrorizam a área tem crescido de forma descontrolada. Daí a necessidade de maior apoio às polícias, tanto civil quanto militar, as quais, dentro do possível, têm executado um trabalho bastante eficiente no município e nas adjacências.

Voltando ao caso do menino Lucas, esse foi apenas um dos vários casos que foram solucionados pelas polícias mineiras recentemente, demonstrando seu enorme valor.

Por isso, fazemos um apelo aos mineiros: vamos nos unir em favor da polícia, cobrar dos Governos Estadual e Federal que dispensem especial atenção à segurança de Minas e do Brasil, destinando mais recursos e dando maiores condições de trabalho, inclusive melhores salários, aos nossos heróis.

Hoje, na Comissão de Justiça, tomamos conhecimento de importante projeto do ilustre Deputado João Pinto Ribeiro que cria o Fundo Estadual de Segurança Pública, com a participação de órgãos institucionais e da sociedade civil, tendo por finalidade, principalmente, combater a violência em nosso Estado.

O Deputado Márcio Cunha (em aparte)* - Ilustre Deputado Aílton Vilela, gostaria, em meu nome e no da Bancada do meu partido nesta Casa, o PMDB, de cumprimentar V. Exa. pelo seu discurso e fazer coro com V. Exa. no que concerne à exortação que temos que fazer à nossa gloriosa PMMG e à Polícia Civil, que têm, felizmente, elucidado crimes como esses no Estado. Recentemente todos acompanharam pela imprensa da nossa Capital e até do País a vinda de bandidos de São Paulo para o nosso Estado, e felizmente esses crimes, através da PM e da Polícia Civil, foram elucidados aqui mesmo.

Além disso, é importante dizer que recentemente, em São Paulo, as Polícias Militar e Civil do nosso Estado resolveram o caso que V. Exa. traz a esta tribuna.

Cumprimento especialmente o Secretário Márcio Domingues, o Cel. Romero, o Elson, do DEOESP, e a Seccional Sul, na pessoa do Delegado Carlos Antônio Camilo. Ontem mesmo um empresário amigo da minha família foi vítima de seqüestro relâmpago. Felizmente, por volta das duas horas da manhã, acabou bem. Quero mandar o nosso abraço e a nossa saudação à nossa Polícia Militar e à Civil, pelo desempenho que estão tendo com relação à elucidação desses crimes. Muito obrigado.

O Deputado Aílton Vilela* - Muito obrigado pelo aparte.

É preciso ainda promover a integração das Polícias Civil e Militar, para que haja maior cumplicidade na resolução de crimes complicados como este. Se o próprio governo faz distinção entre esses dois departamentos, não há como se verem de forma diferente.

Somos testemunhas de que a polícia mineira tem pessoas com garra e disposição para nos tornarmos exemplo para o resto do País. Basta o Governo cumprir com suas obrigações, valorizando e priorizando a segurança do Estado.

Finalizando, e tentando cumprir nossa parte, gostaríamos de ressaltar a todos e principalmente ao Presidente desta Casa que estamos aguardando seja colocado em pauta o Projeto de Lei nº 1.046/2000, de nossa autoria, que regulamenta o serviço de disque-denúncia no Estado. O objetivo desse projeto é criar um instrumento para que a população possa auxiliar a Polícia e os diversos órgãos de assistência social a localizar, classificar e evitar atos de violência. O disque-denúncia poderá ser utilizado por qualquer cidadão, pois trata-se de um serviço gratuito (através do sistema 0800) e garante o sigilo dos dados daquele que se dispuser a colaborar. Contamos com o empenho desta Casa em colocar o projeto em votação o mais rápido possível e com o apoio de nossos colegas para sua aprovação final.

Pela segurança dos mineiros, pelo fim da violência, por Minas e pelo nosso País, agradecemos.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos visitantes que se encontram nas galerias, espero que saiam daqui felizes, e isso, com certeza, acontecerá se depender da Bancada do PFL.

Abordarei situações que acredito sejam de interesse de toda a população de Minas Gerais. Há pouco, observava nosso Deputado Aílton Vilela falando a respeito do seqüestro de um jovem de 15 anos. Não importa a idade do cidadão seqüestrado, mas o terror por que passa nas mãos de bandidos, de que jamais se esquecerá. Aqui não vim criticar governos ou cidadão que governa "A" ou "B". Apenas coloco situações: quando se elogia a Polícia Civil ou Militar, estamos elogiando o cidadão, porque, se analisarmos o material de que dispõe para trabalhar, chegaremos a um denominador comum, que é justamente a falta de equipamento. A Polícia Militar de Minas Gerais - e falo em relação a minha região, a Zona da Mata, Juiz de Fora, terra do Governador do Estado, Dr. Itamar Franco - só tem gasolina para trabalhar 14 ou 15 dias. No resto do tempo, é indo de ônibus para fazer "blitz", entre aspas, porque não há petróleo para o patrulhamento de carro. Existe uma ordem do comando de que, durante 8 horas, o policial militar não pode rodar mais que 65Km com sua viatura, pois, se passar disso, provavelmente responderá a processo administrativo.

Relativamente ao policial civil, nem de rádio para se comunicar com a delegacia este dispõe. Tem de usar seu próprio celular, comprado com seu dinheiro, e pagar a respectiva conta. A Polícia Militar chega ao ponto de obrigar o cidadão, que é policial 24 horas por dia, a deixar o revólver no quartel, indo para a casa sem nenhuma proteção. Após efetuar a prisão de um marginal, de enfrentar uma quadrilha, que garantia terá desarmado? São fatos que demonstram que nós, mineiros, temos de dar valor ao cidadão que veste a farda da Polícia Militar, que ostenta o escudo da Polícia Civil, porque o fazem por amor, e não pelo que recebem. Quando dizem que o salário atual da polícia é bom, discordo porque acho que o policial deve ganhar o suficiente para sustentar sua família sem necessidade de fazer bico. Pode-se proibir que o policial faça bicos mas que seja pago com decência e no dia certo, sem atraso.

Fora isso, gostaria de falar sobre um assunto polêmico, o qual já dura três anos. É um assunto que conheço bem, porque estou trabalhando nessa área há três anos, que são os radares colocados de maneira inadequada, de maneira inconstitucional. A Constituição é clara no art. 5º, inciso LV, que diz que o cidadão brasileiro ou naturalizado tem direito ao contraditório e à defesa. Já recebemos em casa um boleto condenatório, já recebemos um boleto com pontos perdidos e com o valor a pagar. Isso é inconstitucional; isso é condenar o cidadão à revelia. Estamos derrubando mais de 160 mil ações indevidas do DNER, que foi extinto e que continua existindo. Esse Departamento tem que ir para o "Guinness", porque foi extinto e continua existindo. Ele defende radar pintado de preto ou verde-escuro escondido atrás dos matos ou de morros.

Para que os senhores tomem conhecimento, a Rodovida, que é a empresa que ganhou o consórcio, multando ou não, tem uma garantia de R\$55,00 em cada radar. O Ministério do Transporte tem que pagar isso para a Rodovida. Só em Minas são 34 radares. Multiplicamos 34 por R\$55,00 e veremos o quanto ela ganha, multando ou não, do Ministério dos Transportes. Com tudo isso, chegamos à conclusão de que existe maracutaia com pessoas ligadas ao DNER. Eles defendem uma ação que é inconstitucional, que fere o art. 5º do inciso LV, que fere o art. 21 do CTB, que diz que toda sinalização é educativa, tem que ficar à mostra, tem que ser visível. Quando defendem tudo errado, chego à conclusão de que nesse DNER, que já não existe, existe maracutaia. Continuaremos com a nossa luta derrubando as multas, porque achamos que são totalmente inconstitucionais. Sempre cobro, através da TV Assembléia, dos Juizes Federais. Será que nenhum dos senhores consegue pegar o art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal para ler e ver que é inconstitucional o que está acontecendo? Será que um Deputado Estadual que não tem formação jurídica é obrigado a chegar aqui e cobrar dos Juizes Federais essa inconstitucionalidade? Acho que não.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Nobre Deputado Alberto Bejani, quero cumprimentá-lo pelos dois temas abordados neste Plenário. Sobre a segurança pública, é lastimável encontrarmos municípios que sequer tenham viaturas policiais. E para clarear mais o pronunciamento de V. Exa., quero dizer que temos 250 municípios sem viatura da Polícia Militar. E em conversa com o Comandante, ainda vão faltar 70 viaturas, mesmo com as novas que estão chegando.

Portanto, com relação à segurança pública, temos muito com que preocupar neste Estado.

V. Exa. colocou bem a questão do "bico", e já fizemos um pronunciamento aqui, no dia 6 de março, expondo nossa posição.

Quero cumprimentar V. Exa. por seu pronunciamento, porque nós, que estamos caminhando pelas estradas de Minas Gerais, sabemos ao certo do estrago feito por esses radares na vida de muitos motoristas e cidadãos, que sequer têm o direito de defesa e do contraditório, como bem disse V. Exa. Na qualidade de relator da Comissão Especial, cujo Presidente foi V. Exa., tivemos a oportunidade de observar, com sensatez, as incoerências do DNER e da empresa Rodovida, a que chamo "Rodolucro". O "marketing" é muito bem utilizado por esses profissionais. Colocaram o nome Rodovida, pois soa muito positivamente para quem está usando a estrada, mas, na verdade, temos é o "Rodolucro", já que a multa dessa empresa castiga o bolso do motorista, que, várias vezes, utiliza a rodovia para trabalhar.

Não só eu, como V. Exa. e os demais Deputados da Comissão, tive um posicionamento bastante firme. Infelizmente, não conseguimos transformá-la em CPI, mas juntos poderemos levantar uma bandeira e trabalhar junto aos Deputados Federais, para que promovam uma CPI com a empresa "Rodolucro" e com o DNER.

Gostaria de estender-me mais, mas infelizmente o tempo não permite. Cumprimento V. Exa. e volto a dizer que os radares continuam praticando as mesmas injustiças. Além disso, essa JARI instalada é para inglês ver, pois temos a certeza de que não estão conseguindo julgar. Cada vez mais, chegam multas que pesam no bolso dos contribuintes mineiros. Muito obrigado.

O Deputado Alberto Bejani - Obrigado, Sargento Rodrigues. V. Exa., como relator, teve o conhecimento básico de tudo que estava ocorrendo. Serei um pouco mais direto. Até pouco tempo atrás, acreditava muito no Diretor do DNER, Dr. José Elcio. Hoje, tenho minhas dúvidas.

Dr. José Elcio, se não está assistindo à TV Assembléia, alguém lhe contará que o Deputado Alberto Bejani está dizendo que, hoje, duvida de sua sinceridade, de seu trabalho sério à frente desse Departamento, porque não é possível aceitar nem defender uma roubalheira dessas em cima do cidadão que está trabalhando. Não é aceitável esconderem-se esses ETs, os radares, no meio do mato, para pegar o cidadão que está trabalhando.

O Estado onde houve mais mortes nesse feriado prolongado chama-se Minas Gerais. Vinte e oito pessoas morreram. Disseram que os radares inibiriam os acidentes, mas isso não é verdade. O que inibe os acidentes é o Governo Federal ter um pouco de vergonha na cara e consertar as estradas.

O Deputado João Paulo (em aparte)* - Deputado Alberto Bejani, quando esse Código de Trânsito estava em gestação, em Brasília, procurei alguns Deputados Federais e alertei-os sobre o perigo que representava para a sociedade brasileira. Estive também com o relator e fiz algumas sugestões, que não foram acatadas.

Depois que o Código foi aprovado pelo Congresso Nacional e remetido ao Presidente da República, enviei-lhe um rol de sugestões, para dele decotar aquelas disposições que contrariavam flagrantemente os interesses da população brasileira e até a Constituição Federal, mas, igualmente, não tive êxito.

Depois, novamente, mandei ao Presidente da República um pedido para que, por medida provisória, refizesse alguns conceitos a respeito da matéria, e não fui atendido, mesmo já tendo passado pelo Plenário da Câmara Municipal, como Vereador.

Quando cheguei a esta Casa, insurgi-me novamente contra o Código, que veio não para poupar a vida e diminuir os acidentes nas rodovias e nos municípios, mas para arrecadar e, principalmente, para tirar os municípios do vermelho, já que lhes atribuiu poder de multar também.

Não obtive êxito quando formulei um projeto de lei propondo que todo agente de trânsito que atribuisse uma multa indevida a um particular a recebesse de volta ao seu prontuário sob forma de anotação. Ao cabo de um número determinado de anotações, seria convidado a responder por elas, eventualmente submetendo-se a alguma penalidade.

Farei uma abordagem que transcende muito as nossas forças, a qual tenho a intenção de encaminhar a Brasília em forma de proposta aos Deputados Federais. Esse Código contradiz e prevalece sobre as determinações da Constituição Federal. Qualquer pessoa acusada de qualquer infração tem de ter a oportunidade de se defender. Refiro-me ao princípio do contraditório consagrado na Constituição Federal. No que diz respeito ao trânsito, esse princípio não é respeitado. Quando um agente de trânsito ou um radar atribuem uma multa ao proprietário do veículo, este já recebe a sentença condenatória em casa, sem sequer ter a oportunidade de se defender, como manda a Constituição Federal. A pessoa que porventura estivesse dirigindo o carro multado poderia ser um ladrão de carros, ou o proprietário do veículo poderia estar apressado por um motivo justificável, como para socorrer uma vida. Esses casos são excludentes da falta cometida e eliminam a penalidade, e o particular não tem a oportunidade de expor essa situação à autoridade administrativa. Caso queira, pode recorrer à justiça, mas a Constituição não menciona recurso, mas o direito de defesa.

Deixo para a reflexão de todos nós essa posição que levarei à Câmara Federal. Obrigado.

O Deputado Alberto Bejani - Obrigado. Não são apenas as estradas federais que têm de ser recuperadas. As estradas estaduais também estão em péssimas condições, e algumas estão em estado de calamidade pública. Além dos absurdos materiais de policiamento instalados para colocar a sua cara perante o bandido, vejo outro absurdo à minha frente. Será que, com a idade, as pessoas deixam de aprender que o emprego resolveria o problema da criminalidade e das doenças? O emprego é tão fundamental quanto a educação. O cidadão educado, sem emprego, torna-se mal-educado. Será que o Governador Itamar Franco teve consciência do que estava fazendo quando vetou o projeto dos pequenos empresários e dos microempresários, que são responsáveis por 67,2% dos empregos no Brasil? Será que esse foi realmente um ato consciente do Governador? Esse projeto é do Deputado Chico Rafael e mereceu o meu aplauso. Não concordo com o que o Governador fez. Fui eleito Deputado do Estado, e não Deputado com cabresto de Juiz de Fora. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores presente nas galerias e telespectadores, na semana atrasada, ocupamos esta tribuna para apresentar uma denúncia e mostrar, por meio do telão da Assembléia Legislativa, a situação das Rodovias MG-255 e MGT-497, que ligam Frutal a Iturama e Iturama à divisa do Mato Grosso do Sul. Obtivemos muitas informações com relação a essas estradas em péssimas condições do Triângulo Mineiro. Em Belo Horizonte, as pessoas desconhecem esse problema. O Deputado Carlos Pimenta fez um aparte para fazer reclamação sobre as estradas do Norte de Minas.

Por meio do telão, mostrarei mais um trecho de estrada, para que V. Exas. possam avaliar a situação do Triângulo Mineiro, que é uma região produtora, precisando das estradas não apenas para que as pessoas trafeguem com segurança, mas também para transportar a nossa produção e a nossa riqueza.

Por isso vamos agora projetar um vídeo sobre a situação, desta vez da MG-154, que liga Ituiutaba a Capinópolis, e da MG-226, que liga Capinópolis a Ipiacu, lembrando que nessas estradas transportam-se soja e milho, e, agora, com a nova indústria de açúcar e álcool que está sendo implantada em Capinópolis, mais necessidade ainda haverá de uma estrada em bom estado, devido ao tráfego mais intenso que receberá. Caso contrário, teremos prejuízo real não apenas para o Triângulo Mineiro e a sua população, mas para todo o Estado.

- Procede-se à projeção de vídeo.

Esse é um trecho de 30km, e a danificação do leito desse trecho de estrada está na mesma dimensão em seus 30km; e a outra, que liga Capinópolis a Ipiacu, que tem quase 30km também, encontra-se na mesma situação. O risco de vida está aí. Como bem disse o Deputado Alberto Bejani, Minas Gerais foi o Estado que mais teve acidentes no feriado de Páscoa, e isso é um vexame para nós.

Ouvi da galeria comentários a respeito dos quais iria pronunciar-me. Com relação ao IPVA, há quatro ou cinco anos, ele era de 3% do valor do veículo, mas a partir de 1997 passou a ser 4%. Naquela época, através de emenda apresentada nesta Casa, cuja autoria infelizmente não existe, retirou-se a isenção dos carros acima de 15 anos, o que, entretanto, permanece em vários Estados. Hoje, independente da idade, todos os carros pagam IPVA, exceto furgão e Kombi, que, a partir deste ano, passam a não pagar mais se estiverem com mais de 15 anos.

Ouvi da galeria também referências à taxa de R\$30,00. Que vergonha essa Taxa de Licenciamento de Veículos, que nada mais é do que um meio de o Estado arrecadar um pouco mais. Dizem que, aproximadamente, R\$100.000.000,00 por ano.

Não pretendíamos, as Bancadas do PFL, do PSDB e alguns Deputados de bancadas isoladas, aprovar essa famigerada taxa, mas, infelizmente, a insistência do Governo, por meio da bancada governista, aprovou-a no final de 2001. Votamos contra, mas há 57 Deputados governistas e apenas 20 de oposição. Não fomos suficientes para rejeitá-la. Onde está o dinheiro? O Estado dobrou sua arrecadação a partir do início do Governo Itamar Franco. Onde está esse dinheiro do ICMS? Deixo essa pergunta para as galerias e para os telespectadores, para que possamos refletir como e onde estão sendo gastos esses recursos. Além da educação, da saúde, e do desenvolvimento tecnológico, nada é mais premente do que consertar nossas estradas, pois são a proteção da vida, o transporte da nossa produção. Portanto, a prioridade está mal definida. Concordo com o Deputado Alberto Bejani, pois as estradas estão uma vergonha. Vim essa noite de Uberaba e pude comprovar a verdadeira vergonha do estado da BR-262, que é de responsabilidade do Governo Federal. Portanto, junta-se, num saco só, Governo Federal e Governo Estadual, que infelizmente não estão cumprindo suas obrigações.

Quero ainda dizer que o "Estado de Minas" publicou, no dia 26 de março, uma matéria sobre as principais rodovias mineiras, que estão em pior situação. A fonte é o "Guia Quatro Rodas", diz o jornalista. Quero dizer aos jornalistas do "Estado de Minas": o "Estado de Minas" está em Minas Gerais, e não é o "Guia Quatro Rodas" que dará informações aos mineiros. É obrigação de qualquer órgão de comunicação deste Estado ter conhecimento das nossas rodovias do Triângulo Mineiro. O mapa que traz o "Estado de Minas" deixa o Triângulo Mineiro de fora, como se suas estradas estivessem na melhor situação. Quero dar essa informação ao "Estado de Minas" e pedir aos jornalistas que não confiem apenas em informações de algumas revistas que não têm compromisso só com Minas Gerais. Temos a obrigação de saber da situação das nossas estradas. A rodovia que liga Frutal a Iturama, Iturama a Porto Alencastro, na divisa do Mato Grosso do Sul, foi mostrada aqui nesse telão antes do dia 26 de março. Portanto, o "Estado de Minas" há que reparar esse erro e contar para o Brasil a situação de nossas estradas no Triângulo Mineiro. Tivemos uma notícia auspiciosa. A estrada que liga Ituiutaba a Capinópolis vai ser consertada. As máquinas estão ali para começar as obras. Deus queira que isso seja verdade. Que o Governo comece-as e possa terminá-las.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira (em aparte)* - Cumprimento V. Exa. pelo pronunciamento, pela sua seriedade, demonstrando, por meio do vídeo, a situação das nossas estradas. É lastimável o estado das estradas que mostra.

Quero dizer a V. Exa. que isso não acontece somente no Triângulo Mineiro. Estou vendo o estado dessa estrada, mas fico com inveja, porque no Sul elas estão piores. O trecho da BR-491, Paraguaçu a Areado, é bem pior do que o trecho que está mostrando. A BR-459, Poços de Caldas a Pouso Alegre, está também bem pior. O problema não é do Triângulo, mas do Governo de Minas. Nós pagamos pela briga de Itamar Franco com Fernando Henrique, de Fernando Henrique com Itamar. Os mineiros é que pagam.

Conversava, agora, com o Deputado Cristiano Canêdo. Assustado com a estrada, dizia: "Fui a Alfenas levar um filho que estuda lá e fiquei impressionado com as estradas do Sul de Minas. Como está péssimo por lá. A minha região não está ruim assim". A região do Deputado é a Zona da Mata, região do Governador Itamar Franco. Será que governa somente por Juiz de Fora, pela Zona da Mata? O resto do Estado está num abandono como esse mostrado por V. Exa. É lastimável. Graças a Deus esse Governo está terminando. Tomara que no ano que vem possamos ter um governante que olhe realmente por Minas Gerais. Parabéns a V. Exa. por esse pronunciamento.

O Deputado Márcio Cunha (em aparte)* - Deputado Paulo Piau, cumprimento V. Exa. por trazer a esta Casa - como se diz na gíria, "matando a cobra e mostrando o pau" - todas essas informações. O Deputado Geraldo Rezende, da nossa bancada, triangulino como V. Exa. - e que não se encontra em Plenário -, em uma de nossas reuniões já havia levado essa questão ao nosso conhecimento. Disse que em uma de suas viagens de Uberlândia a Belo Horizonte encontrou a estrada interrompida por moradores de uma cidade cujo nome não me recordo, que denunciavam esses problemas.

Fazemos coro com V. Exa. no que diz respeito à necessidade imediata de resolver essa questão. Ao mesmo tempo que presto solidariedade à sua causa, embora eu seja um político da Região Metropolitana de Belo Horizonte, peço o seu apoio para a questão do Anel Rodoviário. Aliás, V. Exa. já participou de algumas reuniões e nos apoiou, pois tem sensibilidade para isso. O mais importante é que, independentemente das nossas divergências políticas, estejamos unidos para minorar a situação, porque o povo mineiro espera que lutemos pela melhoria de suas condições de vida. Parabéns!

O Deputado Paulo Piau - Obrigado, Deputado Márcio Cunha.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Deputado Paulo Piau, V. Exa. está mostrando a realidade de nosso Estado. Temos, ainda, um absurdo maior, que são os radares-fantasmas. A estrada está ruim. Quando a melhoram um pouquinho, aparece o radar e arrecada dinheiro, penalizando os motoristas. Estamos sofrendo não somente com as estradas, mas também com os radares. Temos um IPVA caro, a taxa, como foi dito por V. Exa., as estradas ruins e a manutenção dos carros. Peço o seu apoio e o da sua bancada para o meu projeto que regulamentará os radares mineiros. O objetivo do radar não é faturar, mas educar. Com essas estradas ruins, com toda essa esculhambação, fica difícil pagar multas por excesso de velocidade. Obrigado.

O Deputado Paulo Piau - Obrigado, Deputado Alencar da Silveira Júnior. Ontem, estivemos em Araxá, conversando com os empresários da CDL sobre o veto ao Projeto Micro Geraes. Pesquisa feita por aquela entidade demonstrou que 92% das empresas ouvidas tiveram aumento do ICMS a pagar. Portanto, a insatisfação é geral no Estado, por causa do aumento da carga tributária sobre os microempresários. Além disso, 20% do PIB nacional vem das microempresas e das pequenas empresas. Como foi dito pelo Deputado Alberto Bejani, 68% dos empregos também são gerados pelas microempresas e das pequenas empresas. Do total das empresas, 92,5% são microempresas e pequenas empresas.

A nossa angústia é grande. Ninguém consegue pagar mais nada, nem imposto, nem taxa.

Queria dizer ainda que a alteração do Projeto Micro Geraes trouxe, em média, uma sobretaxa para os microempresários e pequenos empresários da ordem de 196,84%, um absurdo para quem já não está dando conta de manter a própria empresa. Assim, acabam indo para a informalidade ou quebrando.

Estamos nesta tribuna solidários com vocês. Vamos à luta, porque vamos vencer essa parada. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, colegas Deputados, cuja presença está sendo solicitada em Plenário, para a votação dos vetos, em primeiro lugar, gostaria de saudar todos que estão nos visitando. Antes de iniciar, solidarizo-me com os funcionários públicos da área da saúde, que estão aqui em razão de dois vetos importantes - e estamos trabalhando por sua derrubada.

Também me solidarizo com os pequenos empresários e os microempresários, que estão solicitando a derrubada do veto ao Projeto Micro Geraes. Mas, como ainda estamos na fase dos pronunciamentos e dos debates, teremos tempo para discutir os vetos e esperamos que possam ser derrubados ainda hoje.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Gostaria apenas de orientar os companheiros das galerias. Estava discutindo com o Chico Rafael e o pessoal da saúde. Não estou aqui para falar mentiras, mas a realidade: na minha opinião, hoje os vetos não serão votados. Não é por vontade minha, porque, como o Deputado Chico Rafael, gostaria de votá-los agora.

Acho que os companheiros das galerias, agora, deveriam se mobilizar nos gabinetes, conversar com os Deputados, reforçar o seu pedido. Estamos orientando, porque conhecemos esta Casa, estamos aqui há oito anos.

Mesmo que já tenham ido, acho que devem ir novamente aos gabinetes, porque hoje, pela situação - e podem perguntar ao próprio Rogério Correia e ao Chico Rafael, que também têm interesse na derrubada desses vetos -, não há clima nem ambiente para se votar isso. Então, cabe a cada um dos senhores ir atrás dos Deputados e perguntar que dia estarão em Plenário, marcar e cobrar a presença de cada um.

Para completar, gostaria de falar para o pessoal inteligente que vaiou das galerias que estamos aqui para ajudar e orientar o que devem fazer para salvar o seu projeto. Tenho interesse nesse projeto, assim como o Rogério, o Chico e a maioria dos Deputados, mas, se vocês estão querendo ouvir falar bonito aqui, vão ficar aqui, hoje, aplaudindo, e será votado o projeto. Só que é mentira, não será votado hoje.

O Deputado Rogério Correia - Muito obrigado, Deputado. O Presidente já alertou que, ao final desta parte de debates, às 15h30min, será feita a chamada dos Deputados, para que todos possam comparecer e tentar a derrubada dos vetos hoje. Se depender de nós, vamos, evidentemente, fazer esse esforço. Desta tribuna, faço o apelo que os funcionários estão fazendo, para que os Deputados estejam aqui, hoje, para que tenhamos quórum suficiente para a derrubada dos vetos do Governador.

Sr. Presidente, nesse tempo rápido, gostaria de, em primeiro lugar, prestar contas a esta Casa, porque apresentei, na semana passada, um requerimento pedindo a ida de uma comissão de parlamentares até Buritis, onde aconteceu todo aquele problema da ocupação, um ato político que foi feito no interior da fazenda do Presidente da República, Sr. Fernando Henrique Cardoso. Uma comissão da Assembléia Legislativa fez, "in loco", uma verificação da situação dos trabalhadores rurais que fizeram esse ato político no interior da fazenda, que foi muito criticado. E, talvez, merecesse mesmo uma crítica por terem adentrado a casa do Sr. Presidente da República. Mas o fato é que é preciso conhecer a realidade daquelas famílias, até para compreender a situação de desespero em que vivem nossos trabalhadores rurais, em especial, os trabalhadores rurais sem terra. Ontem, estivemos lá, com os Deputados João Leite e Márcio Kangussu, para que pudéssemos averiguar "in loco" a situação daqueles trabalhadores rurais.

Sr. Presidente, foi difícil chegar até lá. O Comandante do nosso vôo teve que pedir autorização ao advogado da Presidência da República para pousarmos numa fazenda particular, de propriedade de uma construtora, que nada tinha a ver com a fazenda do Presidente da República. Com muito custo, consegui autorização para pousarmos nessa fazenda e, a partir dali, iniciar nossa visita aos acampamentos e assentamentos.

Sr. Presidente, o Comandante conseguiu que pousássemos na fazenda, mas fomos impedidos de sair dela, porque nenhum carro podia entrar na fazenda para nos pegar. Além dos três Deputados, estava presente o Presidente do ITER e o próprio Ministério Público, que enviou um Promotor para acompanhar nossa peregrinação até o Noroeste mineiro. Tivemos que ficar duas horas e meia no interior da fazenda, sem saber a quantos quilômetros da portaria estávamos, porque havia ordem, evidentemente do Governo Federal, para não permitir a entrada de veículo que nos buscasse para iniciarmos nosso trabalho. Por incrível que pareça, ficamos lá duas horas e meia, até conseguir algum tipo de contato para saber a que distância estávamos. Fomos a pé até o portão da fazenda para pegar o carro, depois de todo esse atraso. Evidentemente, soubemos, depois, que tudo foi comandado pelo próprio gabinete do Presidente da República, que queria impedir que fizéssemos uma vitória e víssemos a realidade daqueles trabalhadores rurais. Mas, mesmo com tudo isso, insistimos e fomos até o assentamento mais antigo que existe lá, chamado de Barriguda 1.

Sr. Presidente, as condições de vida daquele povo realmente nos levam a compreender porque fizeram esse ato político no interior da fazenda do Presidente da República. A situação é de grande precariedade, senhoras e senhores, Deputados, funcionários públicos e microempresários que nos visitam hoje; são impressionantes as péssimas condições de vida deles. Há trabalhadores que estão há sete anos esperando a promessa do INCRA de assentamento num pequeno pedaço de terra, sem nenhum subsídio para o plantio.

Os microempresários sabem e cobram do Governo, com toda a razão, melhoria nas suas condições para poderem tocar a sua empresa, menos impostos. Imaginem esses pequenos produtores que ganharam um pequeno pedaço de terra e não têm incentivo para o plantio, há sete anos prometido pelo INCRA.

Flagramos esses produtores rurais tomando água verde num balde. Não tinham água potável e tomavam daquela água. Talvez isso não explique, mas mostra para nossa população que o ato de ter bebido do vinho real não foi tão assustador quanto a água não potável que são obrigados a beber. E as condições que vimos de crianças terem que se deslocar, num sol escaldante, 3, 4, 5km para irem a uma escola com apenas uma sala de aula, onde aprendem desde a primeira até a quarta série, num modelo que julgávamos não existir mais no País.

Essas são, para não dizer outras, as condições de vida desse povo. Essas condições não nos colocam na estranheza de referendar a luta política que fazem contra um Presidente da República insensível e que não realiza reforma agrária neste País, cuja maioria de terras, na região Noroeste de Minas, é de terras devolutas do Estado; um Presidente que não faz o mapeamento dessas terras para democratizar o seu uso e permitir que as pessoas possam ali produzir e se alimentar.

Portanto, com muita dificuldade vive aquele povo, fazendo ali, como vimos, a colheita do arroz, que, ainda bem e graças a Deus e à chuva, esse ano vai lhes dar condição de sustentar, pelo menos, a sua família. Mas às custas de muito sacrifício, sem o auxílio do Sr. Jungman, Ministro da anti-Reforma Agrária, porque S. Exa. não pode ser chamado de Ministro da Reforma Agrária: andou dizendo pela televisão que esses trabalhadores rurais eram terroristas, assustadores e quadrilha.

Prenderam 16 trabalhadores rurais. Fomos ver onde moravam. Felizmente, esses trabalhadores foram soltos ontem, por ordem da Justiça, porque foram presos indevidamente, com violência descabida. Jogados na lama, foram cercados por policiais do Exército, com baionetas sobre a cabeça como se terroristas fossem. São trabalhadores rurais, merecem o nosso respeito pela batalha que têm.

Não poderia deixar de vir aqui para dar o testemunho de que esses trabalhadores merecem a reforma agrária e que a luta deles é justa. O Presidente da República não tem a menor razão de se queixar porque tomaram do seu vinho. Quero ver se o Presidente tem a coragem de ir à Fazenda Barriguda e tomar um copo de água não potável, que esses trabalhadores são obrigados a tomar para não morrerem.

Sr. Presidente, o meu tempo findou, mas não poderia deixar, também, de trazer a minha solidariedade ao povo palestino. O Presidente Iasser Arafat está pressionado em seu próprio território. E os Estados Unidos da América não fazem absolutamente nada, a não ser respaldar a violência. Fica, também, a nossa cobrança de que o Governo brasileiro tenha posição justa de defesa do povo palestino, que também trabalha para ter o seu pequeno pedaço de terra. Muito obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, Srs. Deputados e companheiros das galerias, temos quórum suficiente, pois há 37 Deputados em Plenário, e precisamos de 39 para derrubar qualquer veto. Com esse número de Deputados presentes, com certeza, ficará morto. Esclareço ao pessoal do IPSEMG e da CDL que não arriscaremos votar um veto dessa natureza com menos de 55 ou 60 Deputados presentes, senão toda a luta e a manifestação dos senhores será em vão. Não adianta falar que derrubaremos o veto com relação à CDL, ou seja, ao incentivo, do Chico Rafael, porque teremos todos os Deputados votando favoravelmente, pois, quando entramos em Plenário, o voto é secreto, e a pressão aumenta. Se o voto não fosse secreto, poderíamos fiscalizar o processo.

Como falei desde o primeiro dia de discussão desse projeto, quando o Deputado chegar nas lojas pedindo que coloquem o seu cartaz na parede, guardem bem o rosto dele. Com todo o apoio da Presidência desta Casa e com todo o trabalho do Deputado Chico Rafael, caso esse veto não seja derrubado, não terão vergonha de colocar o cartaz de um candidato a Deputado de cada região em sua loja. Terão de dar o troco. Esclareçam que haverá portas abertas para os Deputados, mas "o justo pagará pelos pecadores".

Podem ter a certeza de que estamos trabalhando. O PDT e todos os outros partidos estão presentes. Caso esse veto não seja derrubado, não deixem que Deputado nenhum entre em sua loja para pedir voto para os seus funcionários. Têm de cobrar a presença dos Deputados em Plenário. O voto é secreto, mas podem cobrar a presença do Deputado no dia da votação.

Falo isso porque tenho a experiência de 14 anos de vida pública e de 8 anos nesta Casa. O trabalho está sendo feito pelas Lideranças de todos os partidos, pelo Deputado Chico Rafael, pelo Presidente desta Casa e pela Mesa Diretora. Tenham a certeza de que, quando o trabalho é realizado em conjunto, os resultados são obtidos. Amigos do IPSEMG, quando conversei com a nossa líder Andréia, disse-me que foram prejudicados porque o projeto seria votado depois do Micro Geraes. Se fizermos um só pacote, poderemos derrubar todos os vetos que a Casa desejar.

Vejam como acontecem as coisas: na semana passada, o pessoal do IPSEMG estava batendo palmas para o Governo; hoje está aqui, pedindo. É a política, e tem de ser dessa maneira. Cabe a todos que têm interesse, aos que estão sofrendo, correr atrás. Explicava o que tem de ser feito. O pessoal da CDL e do IPSEMG tem de correr atrás.

Pediria ao Sr. Presidente que fizessemos a discussão, porque, agora, não adianta votar. Qualquer projeto que se coloque aqui, agora, com 37 Deputados, sendo que precisamos de 39 votos, já nasce morto. Podem ter certeza de que esta Casa está do lado de vocês. O Poder Legislativo deste Estado, apesar de todo o desgaste que está tendo, está trabalhando. Estamos tentando e vamos fazer sempre o melhor para os senhores e, principalmente, para Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos, desde já, informar a todos que o PSB votará pela derrubada de todos os vetos que estão na pauta; portanto, do Micro Geraes e do IPSEMG. O PSB considera que seria melhor, neste momento, a suspensão dos trabalhos, para avançar na negociação, em vez de continuar a reunião sem negociação.

A Deputada Elaine Matozinhos (em aparte) - Deputado Miguel Martini, neste momento, com a presença dos funcionários do IPSEMG e com a nossa sociedade que aqui está em busca da derrubada do veto ao Micro Geraes, quero dizer também que o PSB votará pela derrubada do veto, inclusive do veto ao meu projeto de lei que determina o detalhamento das ligações telefônicas, aprovado nesta Casa em 1º e 2º turnos, mas, lamentavelmente, vetado pelo Sr. Governador.

E aproveito, agora que estamos aqui com os nossos companheiros da Capital e do interior, para pedir ao Plenário, sobretudo àquele cidadão que se colocou ali de forma desrespeitosa a estes Deputados, que mantenha a calma, porque a votação vai acontecer.

Estamos aqui para votar, queremos votar, mas não estamos dispostos a ouvir insultos de um cidadão da galeria. Portanto, pedimos à Mesa que

mantenha a ordem, para que o nosso trabalho possa ser feito. Obrigada.

O Deputado Marcelo Gonçalves (em aparte) - Caro Deputado Miguel Martini, sua sugestão é válida, mas entendo que reunião de Líderes em Plenário sem Deputados não resolve nada. O conselho que dou é que o povo da galeria anote a presença dos Deputados e cobre dos que não vieram, ou seja, que faça um manifesto para que possamos encher este Plenário. Estamos aqui, marcamos nossa presença e vamos ficar até o final. Não temos culpa de os outros Deputados não comparecerem.

O Sr. Presidente (Deputado Ivo José) - Esta Presidência, aproveitando o espaço dos apartes, faz um apelo ao Deputado Miguel Martini, para que continue a discussão. Continuar a discussão dos vetos é um avanço, enquanto aguardamos a chegada de outros Deputados. Achamos que é prejuízo encerrar a discussão. Com a presença dos Deputados, é regimental fazer a discussão. Não podemos encerrar a reunião, uma vez que temos quórum suficiente para a continuação da discussão.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Quero referendar o que a Presidência falou. É fundamental que tentemos limpar a pauta e fazer a votação dos vetos o mais rápido possível. Mas é claro que, se conseguirmos esgotar a discussão dos projetos, todos entrarão em votação. Pelo menos os principais deveriam ser discutidos, como o projeto do IPSEMG, o da saúde e o do Micro Geraes. Vamos fazer um esforço para discutir pelo menos esses três. Se assim for feito, entrarão em fase de votação. Se for possível hoje o quórum, muito bem. Se não, que fiquem na fase de votação.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, creio que as sugestões são sempre no sentido de agilizar o processo. Nós, Deputado Rogério Correia e V. Exa. sabemos muito bem, qualquer Deputado aqui sabe, que, na hora em que há acordo, em 30 segundos encerram-se todas as discussões. O problema não é estar ou não estar em discussão, mas haver ou não acordo. Está muito claro, se olharmos para o Plenário, que a base de apoio do Governo não está presente porque não quer votar. Basta observarmos. A grande maioria presente é Oposição. O Governo, estrategicamente, retirou seus Deputados do Plenário para não dar quórum para votação. Temos de falar numa linguagem clara. Na semana passada, a base de apoio do Governo tinha interesse em derrubar os vetos, e isso aconteceu.

O Governador, insensível como sempre, que não governa o Estado, que não aparece em Minas Gerais, quando aqui vem nos dá a impressão de que, por existir um tanto assim de papéis em sua mesa, vai assinando tudo, mesmo sem saber o que está fazendo. Vetou quase todos os projetos. Se não me engano, foram cerca de 26 vetos. Isso significa que a pauta fica totalmente obstruída.

O Governador veta o que deve e o que não deve, está cometendo grande quantidade de equívocos. O Projeto Micro Geraes foi amplamente discutido e negociado, sendo aprovado por unanimidade neste Plenário. Mas o Governador vetou-o totalmente e nos enviou outro. Como o processo será iniciado novamente, o projeto não entrará em vigor no seu mandato. Assim, vai empurrando com a barriga, como tem feito.

É preciso que o Governo seja responsabilizado por essas questões, como a do IPSEMG, cuja diretoria não quer que passe a emenda vetada pelo Governador. Temos de falar claramente, a fim de que as pessoas entendam o que realmente está acontecendo. Por exemplo, o projeto do Deputado João Leite foi amplamente debatido, discutido, negociado e aprovado pela totalidade dos Deputados desta Casa. Mas existe um Secretário de Esportes - cuja vontade é ser Deputado sem passar pelas urnas para se eleger - que, agora, também quer legislar. O que faz o Governador? Veta o projeto do Deputado João Leite e manda outro igualzinho para cá, mudando provavelmente algumas letras, porque não pode ser aprovado o projeto daquele Deputado, mas o do seu aliado, para não dizer outra palavra. O Governador não está preocupado se o projeto é bom ou ruim para Minas. Não está e nunca esteve interessado em nosso Estado. Também não está interessado nos servidores. O meu sentimento é esse: fica viajando, passeando, indo às matinês em Brasília, às 3 horas da tarde. Depois, vai ao Paraguai e ao Rio de Janeiro. Quando chega aqui e vê aquele monte de papéis sobre a sua mesa começa a assiná-los. O que colocam a sua frente assina. Depois, percebe que não deveria vetar este nem aquele projeto. Com o projeto do Deputado João Leite houve o maior absurdo, porque o Governador o vetou e elaborou outro igual, enviando-o para esta Casa.

Hoje, felizmente, começou a ser aplicado o selo de fiscalização dos atos notariais e dos cartórios. Foram dois anos de luta. O Governador também havia vetado esse projeto. Derrubamos o veto em Plenário. Aliás, veta todos os meus projetos, mas derrubo todos os seus vetos. Não há critério neste Governo. Também não há Governo. Não posso exigir critério de um Governo que não existe. Agora, está discutindo se será candidato a vice do José Serra, a Senador ou à reeleição. São esses os factóides que está criando. E o Estado de Minas Gerais? Está parado, sofrendo. Os servidores estão sofrendo. O povo está sofrendo. Há três anos não temos Governador em nosso Estado.

É lamentável que isso esteja ocorrendo. A base de apoio do Governo age de acordo com a orientação do seu Líder. A orientação é: não vamos ao Plenário, porque, se formos, como as galerias estão cheias, teremos de votar. Aí, aparecem somente dois ou três Deputados da base governista.

Aqueles que, com seriedade, querem derrubar os vetos, têm de usar os artifícios regimentais. Como disse o Deputado Alencar da Silveira Júnior, não podemos acreditar que derrubaremos os vetos com menos de 50 Deputados em Plenário. Para que um veto seja derrubado, é preciso que 39 Deputados votem "não".

Se 45 Deputados estiverem em Plenário, 7 votarem "sim" e 38 votarem "não", o veto está mantido. Então, precisamos ter responsabilidade.

É claro que quem está nas galerias não é obrigado a conhecer o Regimento Interno. Nós, sim, somos obrigados a conhecê-lo. Por causa dele, temos de agir. A intenção do PSB, seu voto secreto, mas declarado - para nós, o voto poderia ser aberto -, é pela derrubada de todos os vetos que estão na pauta, como o do Micro Geraes e o do IPSEMG. Agora não podemos ser ingênuos e achar, querendo ajudar vocês, que devemos partir para uma votação suicida.

Isso já ocorreu nesta Casa. Dois Deputados da base governista confiaram nos companheiros - havia 44 ou 45 Deputados em Plenário -, e estava acertada a derrubada do veto, mas perderam. Assim, temos de definir claramente o jogo. O jogo deve ser claramente colocado.

Senhoras e senhores que estão nas galerias, saibam que o Governo não quer a derrubada desses vetos e está usando o artifício regimental de não comparecer em Plenário para não haver quórum, para não se derrubarem os vetos. Por isso temos de usar o processo de obstrução, pelo qual nos vamos sentar com o Presidente, com o Líder do Governo e com todos os outros Líderes para definir qual a pauta, qual veto será derrubado e qual não o será.

Essa questão de encerrar discussão não tem a menor importância. Por exemplo, temos direito a 3, 5, 6, 8 horas de discussão, mas, na hora em que há o acordo, abrimos mão e votamos. No caso de vetos, em que há demora maior por causa do voto eletrônico, em menos de meia hora temos condições de limpar toda a pauta, se todos estiverem de acordo em votar.

Portanto, o problema não está em votar esse projeto agora, em discutir ou em encerrar a discussão, mas está em demover o Líder do Governo - por conseguinte, o Governo - da idéia de manter o veto. Temos de convencê-lo de que é preciso derrubar esses vetos. Aí, sim, poderemos, como Oposição, ter a liberdade de votar ou não, porque não dependemos de nenhum favor desse Governo. Aliás, bom será o dia em que

nenhum Deputado depender de favor do Governo, porque teremos absoluta independência para votar. Mas, enquanto não é assim, o jogo é este: temos de obstruir aquilo que interessa ao Governo, para ele vir negociar aquilo que queremos.

O Deputado Edson Rezende (em aparte)* - Miguel Martini, sabemos das dificuldades que teremos para derrubar esse veto. Por isso é importante a presença dos microempresários na tarde de hoje.

A pauta realmente está superlotada de vetos. É preciso fazer uma negociação com o Líder do Governo e é preciso também pressionar o Governo. Mas quem esteve aqui durante a aprovação dos projetos do Micro Geraes no ano passado sabe como é a luta e sabe também da necessidade da perseverança dos senhores e senhoras aqui.

Sabemos também da necessidade de esta Casa derrubar esse veto. O Micro Geraes, como está colocado, ainda não é o Micro Geraes dos nossos sonhos, aquele que incentiva as empresas a produzirem. No entanto, devido às negociações do final do ano passado, chegou-se a um projeto que não prejudica tanto os microempresários, não dá tanto prejuízo como o anterior, que exige que cada empresa que compre fora do Estado pague mais 6%, além do ICMS.

Nós, da Bancada do PT, colocamo-nos contra o veto e a favor do projeto e iremos trabalhar também pela derrubada desse veto do Governador, para que se mantenha o projeto como está, porque beneficia muito mais que o anterior.

Temos que conseguir maior número de Deputados, para votarmos e conseguirmos a derrubada do veto. Para isso, precisamos de 2/3 dos Deputados, o que não temos. Assim, não teremos condições de votar esse veto hoje.

Mas é necessário deixarmos claro quais bancadas estão favoráveis à derrubada do veto. A Bancada do PT está. V. Exa., que representa o PSB, disse que também está. É preciso somarmos os votos e sabermos quais as condições que temos, neste momento, para que esse veto seja derrubado. Este é o caminho que temos que trilhar. Quem está aqui, acompanhando nosso trabalho, sabe que temos trabalhado bem isso. E, se hoje não temos condições para a derrubada do veto, se as condições políticas não são favoráveis, vamos construí-las no decorrer desta semana e pelo tempo que for preciso. O que não pode acontecer é a aprovação do veto.

O Deputado Chico Rafael (em aparte) - Essa questão da microempresa, tratada em projeto de nossa autoria, ao qual foi oposto o veto que está para ser apreciado, está sendo acompanhada pelo Sindicato da Indústria Moveleira, que congrega cerca de 6 mil pequenas indústrias, no Estado; pelo Sindicato da Indústria do Vestuário e pelo Sindicato da Indústria Calçadista. Todos são dependentes de matéria-prima, fornecida por outras regiões do País, pois Minas não possui os insumos necessários para abastecer essas indústrias. Quero deixar registrado, e agradeço ao Deputado Miguel Martini pela oportunidade, que esses sindicatos acompanham e estão preocupados, clamando à Assembléia Legislativa pela derrubada do veto sobre o Projeto de Lei nº 1.512. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini (continuando) - Concedo aparte ao Deputado Edson Rezende.

O Deputado Edson Rezende (em aparte)* - É fundamental que todas essas organizações pressionem também o Governo, o Secretário da Fazenda, o Secretário da Casa Civil, enfim, é preciso que seja feita pressão geral. E, também, nesta Casa, para que se definam quais são os votos que existem aqui. Estamos trabalhando nesse sentido, e V. Exa. disse que também está. Enquanto trabalhamos aqui para demover outros colegas, que ainda estão em dúvida sobre o projeto, a CDL e outros microempresários e pequenos empresários devem fazer, também, essa negociação direta, até mesmo com o Secretário da Fazenda.

O Deputado Miguel Martini - Deputado Edson Rezende, apenas para relembrar a V. Exa., que ainda não estava nesta Casa, a primeira versão do Micro Geraes foi feita na outra legislatura, e fui um dos Deputados que mais a defendeu nesta Casa. A primeira versão era boa, ficou ruim porque esse Governo Itamar Franco modificou-a. Agora estamos fazendo um terceiro projeto, para tentar corrigir as aberrações provocadas por esse Governador. Aí ele manda outro para cá, que certamente deve piorar a versão atual. Dessa forma, nossa chance, agora, é derrubar esse veto, porque, se não o fizermos, temo que a situação das pequenas e das microempresas piore ainda mais. Já denunciei desta tribuna, e já sabemos que esse Governo desviou recursos do Gera Minas para outras atividades, os quais não foram computados no fundo. Já trouxemos esses dados aqui, quando discutimos o orçamento, no final do ano passado. Houve recursos que foram recolhidos e para os quais foi dada outra destinação, não chegaram ao FUNDESE, que é também chamado Gera Minas. Ou seja, é o recurso que será emprestado para capital de giro, capacitação profissional, enfim, para o reaparelhamento da empresa, para dar suporte, na lógica do Micro Geraes, para que a microempresa possa se tornar pequena empresa e para que a pequena se torne média e, a partir daí, tenham condições de contribuir.

O projeto original foi totalmente alterado. Na época, as aberrações não foram maiores porque gritamos. Esse projeto que vem agora para votação já foi bastante discutido e vem, sem dúvida alguma, atualizar o que foi feito, há cerca de quatro ou cinco anos, e também para assegurar aqueles avanços que as pequenas e microempresas têm. Pelos dados, parece que 60% da mão-de-obra no Estado vem da da pequena e da microempresa.

A partir da criação do Simples pelo Governo Federal houve a bitributação e questionamento. Então, Minas Gerais trouxe o SEBRAE, os representantes das pequenas e microempresas. Houve ampla discussão, e chegamos àquele projeto extremamente interessante para a sociedade, para a geração de emprego, que recebeu o nome de Gera Minas. Entrou esse Governo, que não só foi insensível a esta Casa, mas também fez uma lei que conseguiu ser muito pior.

Agora parece que o Governo não quer mesmo os avanços, porque essas conquistas foram vetadas. Mandou um quarto projeto para a Casa, que deve piorar sobremaneira o original. Lamentamos, porque o nosso melhor procedimento hoje seria não o encerramento, mas a suspensão dos trabalhos da Casa, para que pudéssemos nos reunir com as Lideranças e discutir com o Presidente. Então, fariamos um acordo para a derrubada do veto.

O Deputado Cristiano Canêdo (em aparte)* - Agradeço pelo aparte.

Gostaria de manifestar aos servidores do IPSEMG e aos pequenos e microempresários do Estado, pela representatividade que aqui se encontra, que a presença de vocês aqui hoje foi muito importante. Se não houver a votação hoje é porque há necessidade de entendimento entre as Lideranças dos diversos partidos e a Liderança do Governo, para que o resultado seja o que todos desejamos.

O Deputado Edson Rezende falou em nome do PT, e o Deputado Miguel Martini, em nome do PSDB. Quero dizer que os nove Deputados do PTB estamos a favor desse projeto, ou seja, somos pela rejeição ao veto do Governador. Tanto é que estamos aqui até este momento. A maioria da Bancada do PTB se encontra no Plenário aguardando os entendimentos finais.

A presença dos senhores mobiliza e sensibiliza a Liderança do Governo a favor desse projeto. Caso não seja votado o projeto hoje, a presença vai reforçar essa votação para amanhã. Entendo que não só o PTB, mas também os partidos aqui citados e os outros, com a maioria dos Deputados, estão a favor dos pequenos e microempresários. Estamos também a favor dos funcionários do IPSEMG.

Não se pode admitir que um projeto encaminhado pelo Sr. Governador a esta Casa favoreça com aumento salarial apenas os funcionários da FHEMIG. Apresentamos emenda para estender o aumento aos servidores da HEMOMINAS e do IPSEMG, para haver isonomia salarial. Há cerca de oito anos não há aumento no Estado. Então, se vai se dar aumento para um segmento da saúde, porque não estendê-lo aos demais? Se o Governador sancionou a emenda da HEMOMINAS, que não estava no projeto original, porque não sancionar também a do IPSEMG? Não há inconveniente algum.

Há a alegação de que a iniciativa deve ser do Governador. Mas na hora dos funcionários da HEMOMINAS, a iniciativa foi da Casa, por meio de emenda deste Deputado, sancionada pelo Governador. Da mesma forma, vamos votar pela rejeição do veto. E os funcionários do IPSEMG serão beneficiados.

Com relação ao Micro Geraes, tudo já foi bem explicado, até pelo Deputado Miguel Martini. Vou repetir: no início deste Governo, o projeto do Micro Geraes estava indo bem, e não havia a questão dos 6% a mais.

Há dois ou três anos, surgiu essa novidade dos 6%. Queremos voltar ao que era antes, ou seja, eliminar os 6%. Vem um novo projeto do Governo acenando para 3%: não é zero, nem 6%, é 3%. Queremos zero, queremos voltar ao que era antes, para que os produtos de Minas Gerais possam ter competitividade com os produtos dos outros Estados.

Recebi hoje uma comissão da CDL do Município de Muriaé. Lá o forte é a confecção. Em Muriaé, existem mais de mil confecções. Oitenta por cento das mercadorias que movimentam essa indústria são comprados no Estado de São Paulo, porque são mercadorias que não se encontram no Estado de Minas. Mas o produto confeccionado dentro de Minas Gerais fica 6% mais caro. Na hora de vender o produto, competindo com produtos de outros Estados, a nossa região vende menos, ficando empobrecida. Está havendo desemprego na nossa e em diversas regiões do Estado. À medida que ele suspende esses 6%, a arrecadação volta a ser o que era há três anos. Não vai cair. Pelo contrário, sendo a competitividade maior, o produto mineiro vai vender mais, vai gerar mais empregos e o Estado não vai perder. Isso foi feito com o ICMS do leite. A produção leiteira de Minas Gerais é a maior do País. Trinta por cento do leite produzido no País estão dentro de Minas Gerais. Houve um acordo. Elaboramos um projeto na CPI do Leite, entendemo-nos com a Secretaria da Fazenda, entendemo-nos com o Governador e conseguimos a aprovação. O ICMS do leite foi reduzido a favor do pequeno produtor e dos laticínios. Com isso, vai haver a competitividade. A Secretaria da Fazenda alega que vai haver redução de R\$4.000.000,00 a R\$5.000.000,00 por mês na arrecadação do ICMS do leite. Mas, daqui a quatro ou seis meses, vai haver recuperação, e o Estado deve ter lucro maior, porque o leite e os produtos derivados terão maior competitividade, com o conseqüente crescimento das vendas. Gostaria que o Secretário da Fazenda também entendesse dessa forma. O produto de Minas vai vender muito mais, o que vai compensar os 6% a menos na arrecadação.

O Deputado Miguel Martini - Deputado Cristiano Canêdo, queria deixar uma sugestão a partir do que V. Exa. está dizendo: o Governador Itamar Franco vai tanto ao Rio de Janeiro, ao Hotel Glória, que fica perto do Palácio das Laranjeiras, que vá perguntar, então, ao Governador Garotinho como fez para aumentar a receita do Estado reduzindo os impostos de 35 itens. Reduziu para zero os impostos de ICMS dos estaleiros e reativou todos os estaleiros, gerando mais 12 mil empregos. Reduziu de 35% para 18% a alíquota do combustível de aviação e aumentou a arrecadação em R\$20.500.000,00. A arrecadação era zero. Quem sabe ele não vai aprender com o Garotinho? Um homem velho, maduro, de repente pode aprender com o Garotinho como administrar o Estado de Minas Gerais.

O Deputado Cristiano Canêdo (em aparte)* - Você não pode esperar um resultado de imediato. Na questão do leite, o que a Secretaria da Fazenda entendeu? Agora reduz em R\$4.000.000,00 ou R\$5.000.000,00 a receita do Estado no primeiro mês, mas futuramente haverá crescimento. O mesmo com as microempresas. Tiram-se esses 6%, e as microempresas vão vender mais seus produtos, vão gerar mais empregos, vão ter uma competição melhor, vão exportar produtos para outros Estados, e a arrecadação vai crescer, como ocorreu no Estado do Rio.

Somos pela rejeição do veto do Sr. Governador. A Bancada do PTB está toda presente neste momento, e amanhã também estará, para lutar contra todos esses vetos do Governador. O veto do Micro Geraes está em 6º lugar na pauta, o do IPSEMG está em 7º. O primeiro é a Lei de Incentivo ao Esporte, que deveríamos estar discutindo neste momento, mas é preciso um entendimento sobre esses outros projetos, para que esses dois, que consideramos de grande importância, sejam aprovados.

Entendemos o motivo da exaltação de alguns manifestantes, dada a expectativa criada. Temos de ter paciência, porque não adianta sermos rápidos em prejuízo do projeto. Poderemos demorar um ou dois dias, mas queremos que o projeto seja aprovado, para que vocês saiam daqui satisfeitos com o aumento salarial. E que as microempresas, com menor imposto, obtenham maior geração de renda e empregos para o nosso Estado. Muito Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

339ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 3/4/2002

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, senhores parlamentares, prezada assistência, telespectadores da TV Assembléia, encontram-se na pauta desta Casa diversos vetos. Vários deles têm, sem dúvida alguma, o interesse da sociedade, o interesse da população mineira. Estamos vendo, durante diversos dias, a presença dos servidores do IPSEMG e da saúde, que reivindicam também posições desta Casa com relação aos vetos praticados pelo Governador a leis votadas no ano passado, que concediam aumento a essas categorias.

Ha também um veto que trata especificamente do Micro Geraes, do pequeno empresário e do microempresário de Minas Gerais, cidadãos que lutam com muita dificuldade por todo o território mineiro e estão presentes em todas as comunidades e cidades. Por mais distantes e longínquas que sejam as cidades ou comunidades, estará sempre presente um microempresário. Essa classe foi duramente atingida pelo atual Governo, quando o Sr. Governador também opôs veto total ao projeto votado por esta Casa, que foi objeto de grande discussão.

Levamos em consideração que a Assembléia Legislativa sofre, nesta semana, os efeitos - é preciso reconhecer isso - do momento político nacional, quando, daqui a alguns dias, algumas horas, alguns políticos terão que se afastar do Governo. O próprio Governo Federal revê o seu Ministério, com a nomeação de novos integrantes; a classe política discute e conversa com certo nervosismo, com posições visando às eleições deste ano, dentro de um quadro de incertezas, no qual as regras eleitorais estão sendo modificadas por decisões do Tribunal Superior Eleitoral e poderão ainda ser também modificadas por questionamentos que ainda serão julgados pelo Supremo Tribunal Federal.

Então, há realmente um momento de certa conturbação política, que faz com que, nesta semana, não só na Assembléia, mas também no Congresso Nacional, os políticos estejam um pouco mais dedicados à questão da adequação do quadro político, vislumbrando um quadro eleitoral que se avizinha.

Diante disso, estamos aqui, Sr. Presidente, prezados colegas, com o objetivo de, aproveitando este momento, em que os parlamentares ainda

poderão fazer uma reflexão, tratar de um tema que entendemos de alta relevância para a sociedade mineira, para a nossa economia, para a geração de empregos, para a geração de riquezas, que é a questão do Micro Geraes.

Entendemos que a decadência econômica de Minas Gerais se acentuou assustadoramente desde a posse do Governador Itamar Franco; eis aí uma verdade que não se contesta e se lamenta. Realmente, não nos recordamos - em sã consciência e diferenças partidárias à parte - de outro Governo tão falto de realizações e tão alienado quanto ao interesse do povo mineiro. Uma simples vista d'olhos nos dados do orçamento confirma a nossa assertiva.

Vejamos, por exemplo, a execução do orçamento de 2001. A extrema vulnerabilidade da economia mineira está evidenciada quando se constata que cerca de 60% da receita de ICMS do Estado provém de tarifas de serviços públicos, administradas pelo Governo Federal. Quer isso dizer que menos da metade da arrecadação do imposto provém dos setores empresariais produtivos. Em outras palavras, o empresariado mineiro está encolhendo, gerando menos empregos e pagando menos impostos.

É no mesmo orçamento que verificamos ter o Estado apresentado, no ano passado, um déficit fiscal total de R\$1.330.000.000,00. Foi o pior déficit já ocorrido desde 1995. Já a Dívida Flutuante da Administração Direta (correspondente à dívida do Estado para com terceiros, vencida e não paga) saltou de R\$3.240.000.000,00, em 1998, para R\$7.350.000.000,00, em 2001. São dados que coletamos junto ao orçamento, para demonstrar que Minas não ajustou suas contas ao cenário trazido pela estabilização da moeda em 1994. Ao contrário, a atuação do Palácio da Liberdade nos vem mantendo à borda do precipício, pouco preocupado que está em reverter a situação e ativar a economia.

De outro modo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não se explica o veto total que o Governo contrapôs ao Projeto de Lei nº 1.512/2001, a nossa acalentada proposta do Micro Geraes. É o assunto que nos leva hoje a ocupar esta tribuna, para conchamar os colegas parlamentares a que rejeitem esse veto malfadado.

Realmente, só o imediatismo poderia explicar o veto do Governador a proposição tão oportuna e tão importante para a economia mineira. Os microempresários e os pequenos empresários mineiros respondem por cerca de um milhão de empregos diretos e por aproximadamente 3% do total arrecadado do ICMS. É o pequeno negócio - seja aquela indústria de fundo de quintal, seja o comércio de subsistência das comunidades, seja o produtor empenhado na melhoria da qualidade dos produtos e da prestação de serviços - que faz a máquina girar. Sem ele, a população estaria entregue à ação de cartéis e de monopólios, com os prejuízos que se pode imaginar.

Nada disso sensibiliza o Sr. Governador, entretanto. Sabe-se que a redução em 50% da alíquota interna do ICMS sobre mercadoria adquirida em outros Estados - redução essa constante do projeto votado por esta Casa, o Micro Geraes - representaria para o Estado diminuição de aproximadamente R\$150.000.000,00 na arrecadação do ICMS. Em nome desses R\$150.000.000,00, o Palácio da Liberdade quer impedir a criação de dezenas de milhares de novos empregos, e a geração de bilhões de reais em faturamento e tributos, que seriam propiciados pela nossa proposta do Micro Geraes. É uma ótica mesquinha e prepotente, que não podemos aceitar.

Causa espécie que o Governo tenha vetado o projeto desta Casa, quando se sabe que este foi acordado com a base governista na Assembléia. Até parece - e nos perdoem os colegas que apóiam o Executivo, se estivermos errados - que os acordos que aqui se fazem, em nome do Palácio, de nada valem.

Não vamos analisar os tecnicismos argüidos pelo Executivo para vetar o Projeto de Lei nº 1.512/2001. Afinal, a iniciativa de autoria do Deputado Chico Rafael, representando a vontade legítima do micro e pequeno empresário mineiro, é legal e tecnicamente perfeita. Não implica renúncia fiscal, eis que estamos falando de diferenciação de alíquotas permitidas pela própria Constituição Federal. Não dá guarida a prerrogativas irrealistas, eis que as faixas por ela definidas para as empresas atentam para a própria condição socioeconômica do Estado. Tudo isso, muito a propósito, é confirmado pelas centenas de mensagens que nos chegam de todos os pontos do Estado, apelando para que o veto governamental seja derrubado. É preciso derrubar o veto e rejeitar a proposição substituta que tramita nesta Casa, representada pelo Projeto de Lei nº 1.936/2002, de autoria do Governador.

A propósito deste novo projeto apresentado pelo Governo, cabe-nos, para terminar, registrar dispositivo, no mínimo curioso, que o Palácio da Liberdade nele incluiu. Trata-se do parágrafo único, aposto ao art. 1º da Lei nº 13.437, de 1999, pelo qual fica o Poder Executivo autorizado a conceder tratamento diferenciado à pessoa física que promova operações de circulação de mercadorias, visando reduzir ou eliminar suas obrigações tributárias. Terá a equipe governamental ensandecido, ao pretender cobrar ICMS de pessoa física não regularmente constituída como pessoa jurídica ou firma individual? É a dúvida atroz que nos acomete e que, a nosso ver, basta para desaconselhar o acatamento da proposta governamental.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Antônio Carlos Andrada. Ouvi atentamente a explanação de V. Exa., que traz a esta Casa essa reflexão que estamos fazendo desde longa data. Tivemos o prazer de participar do primeiro encontro da comissão que estabeleceu as condições do Micro Geraes, participando da comissão especial que discutirá o veto do Governador e da qual sou relator. V. Exa. focaliza questão importantíssima em relação aos empresários, microempresários e à economia do nosso Estado. Mas tenho certeza de que o Líder do Governo não tem medido esforços para chegar a um bom termo, visando efetivamente ao cumprimento do que V. Exa. manifestou, ao acordo das vontades e, particularmente, ao interesse do microempresário. Quero ressaltar esse aspecto e, de modo especial, a participação efetiva do nosso Líder e do Presidente desta Casa, que não têm medido esforços, buscando efetiva solução para este grande impasse que vive Minas Gerais. Acredito que, mais uma vez, esta Casa acompanhará, resgatando os legítimos interesses daqueles que tanto almejam o desenvolvimento de Minas.

Também iremos, com certeza, dentro de pouco tempo, buscar a derrubada do Projeto de Lei nº 1.502/2002, garantindo o direito de todos aqueles da família IPSEMG que foram prejudicados. São essas as questões que precisamos discutir. Temos certeza de que a Casa resgatará o direito daqueles que se sentem prejudicados. V. Exa. tem, mais uma vez, o meu reconhecimento pela sua inteligência e pelo seu trabalho, trazendo um assunto tão interessante para Minas Gerais.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Deputado Dalmo Ribeiro Silva, agradeço a sua intervenção, que, sempre esclarecedora, agora traz duas contribuições importantes. Como parlamentar atuante e respeitado na Casa, traz os seus conhecimentos e as informações precisas que transformam o seu aparte em algo bastante animador, sabendo, inclusive, que V. Exa. integra a base de sustentação do Governo.

Suas palavras de preocupação com os pequenos e microempresários, na condição em que V. Exa. se encontra, é realmente um aparte animador; faz com que todos nós, da Oposição, estejamos, a partir de agora, mais animados, talvez, com a possibilidade de um grande acordo na Casa, para se restabelecer a lei votada, no ano passado, que representava a vontade dos pequenos e microempresários.

Após a derrubada do veto, aproveitando o projeto remetido pelo Governo, no decorrer da tramitação desse projeto, aí, sim, fazer algum contorno e algum conserto naquilo que o Governo acha fundamental para que o quadro seja representativo segundo a ótica da Secretaria da Fazenda. Iríamos derrubar o veto e, em seguida, nos debruçar sobre o projeto do Governo, que tramita na Casa, para as devidas correções. Essa é a linha que estamos adotando.

A partir da colocação de V. Exa., temos esperança - e também somos testemunhas do esforço do Líder do Governo e do Presidente da Casa - de que essa matéria encontre algo consensual para resolver, de uma vez por todas, a questão dos pequenos e microempresários.

Agradeço o aparte e termino dizendo que é preciso aproveitar esta semana para fazer as devidas reflexões, a fim de que a Casa, no início da semana que vem, já acorde com relação aos temas referentes aos vetos, dê a resposta que os microempresários e o funcionalismo mineiro querem, que é a derrubada desses vetos reivindicada por setores importantes de nossa sociedade. Muito obrigado.

*- Sem revisão do orador.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, galerias e imprensa, queremos fazer uma reflexão sobre o Veto Total ao Projeto de Lei nº 1.512/2001, do Micro Geraes, de autoria do ilustre Deputado Chico Rafael.

Há dias, tivemos a oportunidade de ocupar esta tribuna para tecer algumas considerações sobre a decadência econômica de Minas Gerais. Lembramos que o processo degenerativo da economia mineira acentuou-se assustadoramente desde a posse do Governador Itamar Franco. E o fundamento de nossas afirmações não poderia ser mais insuspeito, porque os dados foram divulgados por um órgão fundamental, pela Fundação João Pinheiro.

Essas informações confirmadas pela Fundação deveriam constituir um brado de alerta para o Palácio da Liberdade. Afinal, a economia mineira, no ano passado, apresentou um ínfimo crescimento de 0,97%, muito abaixo da média nacional. Seria, então, necessário procurar urgentes alternativas para reverter esse quadro.

No entanto, parece que o Executivo mineiro não está preocupado com isso, como o demonstra o veto total que contrapôs ao Projeto de Lei nº 1.512/2001, do Micro Geraes, que contribui, de todas as formas, para encolher a economia de Minas Gerais.

Realmente, é difícil entender como um projeto arduamente trabalhado para beneficiar um setor importante das atividades produtivas possa ser torpedeado. Como se recorda, a iniciativa do colega Chico Rafael mereceu o consenso desta Casa, a qual se mobilizou em torno do assunto, inclusive ouvindo pequenos e microempresários que o projeto beneficiaria. A base governista na Assembléia também participou ativamente, e o resultado final foi um texto que corresponderia à norma jurídica perfeita.

Apenas para recapitular, o Projeto de Lei nº 1.512/2001 apresentou inovações para garantir a sobrevivência, modernização e desenvolvimento de cerca de 250 mil empresas mineiras, sendo 200 mil microempresas e 50 mil empresas de pequeno porte. Adotou o princípio da não-cumulatividade do ICMS, incentivou a competitividade dos produtos mineiros ao diminuir o ICMS pago em Minas sobre os insumos adquiridos em outros Estados, além de estabelecer a classificação de micro e pequena empresas segundo faixas coerentes com a capacidade econômica de cada uma.

Vem agora o Governador vetar o projeto, alegando, entre outros pontos, que ele dificulta a proteção da economia mineira, contraria a legislação nacional e apresenta hipóteses de invasão de competência entre os Poderes - quer dizer, o Poder Legislativo não pode legislar, só o Executivo, o que é inconstitucional. São argumentos que não vamos dissecar, mas não resistem a uma análise mais aprofundada. Não vamos, tampouco, entrar no mérito do Projeto de Lei nº 1.936/2002, enviado pelo Governador para substituir a nossa proposta do Micro Geraes, porque entendemos que é desnecessário. Se já tivemos uma proposição adequada e, inclusive, acordada com o Líder do Governo nesta Casa, por que substituí-la?

Estamos - coincidindo com a inclusão do veto do Governador na ordem do dia - assistindo à mobilização de empresários de todo o Estado, para de nós exigir a sua derrubada. Seria insensato se não atendêssemos à justa reivindicação dessa importante parcela do nosso empresariado. Em benefício da economia mineira, de seus agentes produtivos e do povo de nosso Estado, vamos derrubar o veto total que incidiu sobre o Projeto de Lei nº 1.512/2001, do Micro Geraes.

Queremos fazer comentários a respeito de nossa proposta, chamando, mais uma vez, a atenção deste parlamento. Precisamos pensar no fortalecimento do Poder Legislativo. Não podemos abrir mão da representação dos segmentos da sociedade de Minas Gerais, como seus representantes legítimos. Ontem, tivemos a presença maciça de todos os segmentos dos micro e pequenos empresários, solicitando a derrubada desse veto. Apenas queremos reforçar nosso papel nesta Casa. Já não necessitamos buscar entendimentos da base do Governo com a Oposição. A base do Governo já se encontra consciente e precisa cumprir seu papel parlamentar, não sendo apenas representante da vontade do Governador. Deveria, sim, representar a vontade dos micro e pequenos empresários. Num total de 250 mil empresas, 200 mil são microempresas. Já foi feito um acordo num primeiro momento; pretendíamos que aqueles empresários que comprassem fora do Estado, pagando 12% de ICMS, como recompensa, nada mais teriam de pagar para a entrada de seu produto em nosso Estado. Mas, como há competitividade, esta Casa acordou que pagariam apenas por 3%, e foi difícil fazer com que a base do Governo aceitasse essa proposta.

Mesmo assim, o Governador veta o projeto totalmente. Parece que o Governador não mantém diálogo com o Secretário da Fazenda, do Planejamento, para ver como está a vida financeira do Estado e como está o perfil da economia de Minas Gerais. Apenas se encontra preocupado com o confronto político-partidário nesse cenário de eleições. Há um ano e meio que se trata de política, e os projetos não são votados, e, quando um é, o Governador o veta. O Poder Legislativo, independentemente de partidos, representa o empresariado de Minas, responsável por mais de 200 mil empregos. A falta de emprego contribui para essa onda de violência que nos aflige. Hoje, discutimos um projeto de incentivo ao esporte, grande contribuidor para a melhoria da saúde. O esporte é uma forma de evitar a droga, melhorar a saúde. O Governador veta tudo o que a isso diz respeito. Não nos interessa o lado partidário, vamos derrubar o veto com compromisso, no interesse da sobrevivência dos pequenos empresários mineiros. Temos que apoiar qualquer projeto relativo ao interesse do povo mineiro. Se amanhã não continuarmos exercendo nosso cargo, não tem importância, mas temos de cumprir nossa missão. Precisamos das galerias para saber qual Deputado vota apenas com o Governo, não sendo importante se é da Oposição ou da Situação. Isso não existe. Precisamos representar o povo de forma legítima. Sair ou ficar aqui só nos interessa se estivermos no estrito cumprimento da nossa missão, respeitando os princípios da boa representação, fazendo justiça ao povo.

Esse projeto passou por todas as comissões: de Justiça, de Administração Pública, de Fiscalização Financeira, etc. Passou pelo 1º e 2º turnos no Plenário. Aprovado por esta Casa, o Governador o vetou, e o Deputado não tem vergonha de votar contra seu próprio voto, dado durante a tramitação do projeto. Apelo para o bom-senso dos Deputados, a fim de que o parlamento não deixe o Governador legislar. Nos Estados Unidos, país presidencialista, quem faz a legislação é o Legislativo, e não o Presidente. Fica o nosso apelo: a manutenção desse veto constitui uma violência que este parlamento não pode permitir.

O Deputado Bené Guedes (em aparte) - Nobre Deputado Hely Tarquínio, estou ouvindo o pronunciamento de V. Exa. assim como ouvi atentamente o do Deputado Antônio Carlos Andrada. A preocupação de V. Exa. é nossa também. Tendo assumido a responsabilidade de Vice-Líder do Governo, acompanho a luta do Deputado Chico Rafael desde o início. Ontem recebemos várias representações da minha região e ainda não tive a oportunidade de conversar com o Líder do Governo, o que farei hoje. Mas, baseado nas palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, é importante que façamos uma reflexão nessa hora.

V. Exa. diz que temos que ter independência, mas entendo que seria importante esse diálogo para evitar que os pequenos e microempresários sejam prejudicados. Farei todo o esforço para conversar com o Governo, com o Secretário da Casa Civil, dizer da nossa preocupação, do nosso interesse para que essa questão chegue a bom termo, como chegou a do IPSEMG, que falta ainda solucionar o Projeto nº 15.052, em que os funcionários ficaram prejudicados. Da minha parte, terei o comportamento de dialogar em busca de uma solução favorável para ambos os casos. Muito obrigado.

O Deputado Hely Tarquínio - Agradecemos o aparte do Deputado Bené Guedes, que faz parte da base e tentará intermediar.

Pelo que estou percebendo, não vamos votar esse projeto porque há resistência do Governo, e a base é servil ao Governador. Isso não importa. Precisamos votar com consciência e convencer o Governador da necessidade de manter o projeto aprovado, porque há outros projetos vetados na pauta, que precisam ser votados. São vetos relativos aos direitos dos servidores de fundações e autarquias. Queremos derrubar esses vetos porque são propostas para corrigir injustiças com os funcionários. A base do Governo não está presente para votar esses vetos. A Oposição não está aqui apenas para votar contra, há vetos em que votaremos com o Governo, porque têm fundamentação adequada. Estamos aqui para fazer um chamamento da nossa responsabilidade. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, funcionários desta Casa, senhoras e senhores, três assuntos me trazem hoje a esta tribuna. O primeiro deles poderia não me preocupar, por se tratar de irmãos nossos de países distantes. Mas cabe-nos discutir e refletir sobre essa situação, que já está nos atingindo: trata-se da questão da beligerância dessa guerra nefasta que está acontecendo entre israelenses e palestinos, que está nos atingindo, porque o petróleo já subiu, a gasolina vai subir, o custo de vida, a inflação, e o povo é quem vai pagar.

Não sei se chegará lá, mas fica a solicitação de que a ONU tome uma decisão urgente em defesa desses que lá estão sendo mortos barbaramente, como se estivesse acontecendo o holocausto 2, causado, agora, pela guerra israelense.

O problema envolve também o país que dá maior apoio a Israel, os Estados Unidos, que também nos prejudicam, levando nossos recursos, ao impor um sistema protecionista contra os nossos produtos manufaturados e agrícolas. Além disso, os EUA consomem todo o dinheiro gasto no pagamento dos juros da dívida externa, já que são o maior colaborador do FMI. Essa situação nos empobrece e diminui nossas condições de tratar nossa saúde e educação, prejudicando nosso desenvolvimento. Fica, portanto, essa reflexão para a tarde de hoje.

Em segundo lugar, como membro da Comissão de Defesa do Consumidor, quero trazer duas situações preocupantes: a dos consórcios e a dos mutuários da extinta MinasCaixa. Vêm lesando o consumidor e o povo do Estado, que confiaram nos consórcios e nos Bancos que faliram em decorrência da má administração ou má fiscalização do Banco Central.

Queremos que os consórcios apresentem uma solução para o prejuízo causado às pessoas que adquiriram ou buscavam adquirir um bem móvel ou imóvel. Entretanto, isso não é o que percebemos à primeira vista. Muito pelo contrário, percebemos má-fé. No jornal "O Tempo" de 2 de abril, havia a seguinte matéria: a Associação dos Consorciados Lesados - ASCOL - denuncia que, até no último momento, o grupo dono do consórcio tirou dinheiro dele, colocando em contas particulares de seu interesse, o que demonstra o fato de saberem de antemão que o Banco Central interviria e decretaria a liquidação extrajudicial, que, no início, beneficia mais os donos do consórcio que as pessoas lesadas.

Sendo assim, solicitarei à Mesa desta Casa, tão logo seja possível, que tome uma medida. Não queremos a constituição de uma comissão especial nem a realização de reuniões especiais na Comissão de Defesa do Consumidor para esclarecer a questão dos consórcios.

Poderemos solicitar que seja instalada uma CPI, pois está ocorrendo um desvio muito grande de dinheiro. Há pessoas enriquecendo-se com o dinheiro depositado por aquelas que acreditavam na seriedade dos consórcios. Outros poderão fazer o mesmo e até pior. Recebemos a denúncia de que um outro consórcio, o Minasmáquina, está ligando para todos os lesados pelos Consórcios Uniauto e Liderauto, oferecendo-se para receber a transferência e para receber o restante dos consorciados. Parece-me que há um cartel. Com a nossa missão de investigar e de defender o povo, temos de nos aprofundar nessa questão.

Os mutuários da extinta MinasCaixa estão tendo um enorme prejuízo por não poderem liquidar o restante a pagar do empréstimo que fizeram ainda na época do extinto Banco Nacional da Habitação. A situação dada a outros Bancos, inclusive à Caixa Federal, não foi a mesma oferecida aos mutuários da MinasCaixa. Continuaremos empenhados nessa luta, junto com os que estão fazendo a liquidação, para solucionar o problema das pessoas que ainda estão prejudicadas por essa questão que trouxe muito prejuízo para tantos.

No que diz respeito aos vetos da pauta, precisamos estar presentes para começar a limpar a pauta, decidindo sobre esses vetos e liberando o nosso povo, que, na expectativa de ver solucionado o seu problema, vem aqui e perde o seu tempo enchendo as galerias, e nada é resolvido. Temos de estar presentes para votar e resolver a situação dos vetos, que estão atrapalhando o andamento de tantas matérias importantes. Convocamos os colegas Deputados para estarem presentes nas reuniões, a fim de votarmos esses vetos. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Márcio Cunha* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e companheiros servidores, inscrevi-me previamente, como determina o nosso Regimento Interno, para fazer um pronunciamento. Antes, porém, em vista da manifestação das pessoas presentes, presto-lhes uma homenagem, oferecendo-lhes uma sugestão. Ontem, um colega de vocês, acompanhado por outros, extremamente nervoso, mas com razão, apontava os Deputados presentes, como se tivéssemos culpa pela falta de quórum para analisarmos os vetos. Sugiro que observem os Deputados que não estão presentes em Plenário.

Não estou fazendo demagogia, mas, infelizmente, no sistema político que temos hoje, não há fidelidade partidária nem voto distrital, portanto o Deputado mineiro é Deputado de 853 municípios. Então, muitas vezes, o Deputado não está em Plenário não porque não queira vir, não porque considere que nas suas bases ou em outro lugar qualquer estaria fazendo algo mais importante. O importante é que vocês convençam os Deputados que, pelas mais diversas razões, não estão vindo a Plenário de que o assunto de vocês é extremamente importante. Minha sugestão é que vocês se constituam em comissão, que procurem cada gabinete de Deputado, mostrando a importância de liquidarmos a pauta e votarmos o veto.

Posteriormente, darei aparte ao Deputado Rogério Correia, porque preciso fazer o pronunciamento que me propus. Tão logo o faça, darei aparte ao ilustre Deputado. Permita-me, Deputado Rogério Correia, porque o assunto diz respeito a V. Exa. também e aos demais Deputados. Do dia 17 ao dia 20 de abril próximo, teremos a Conferência Nacional da UNALE, que, como todos sabem, é a União Nacional dos Legislativos Estaduais. Numa das reuniões ocorridas no ano anterior, acabei integrando a diretoria da UNALE; representei, portanto, o Estado de Minas Gerais e esta Casa e liderei um trabalho para a valorização maior do Poder Legislativo. Foi interessante, porque essa minha vontade de avocar prerrogativas maiores para o Poder Legislativo Estadual vem justamente num momento em que a sociedade mineira, através da nossa imprensa, questionou a verba, os salários, enfim, a forma como esta Casa trata essas questões. E chamou-me extrema atenção, Deputado Rogério Correia - V. Exa. que foi comigo Vereador em Belo Horizonte -, o fato de que me realizava muito mais como Vereador de Belo Horizonte do que como Deputado Estadual, no que concerne à questão primordial de legislar. O parlamento estadual hoje - é um exemplo que

dou para facilitar a compreensão - está "ensanduichado" entre a Câmara Federal e as câmaras municipais. Então hoje, mais do que nunca, temos de questionar isso. E, muito mais do que diagnosticar, devemos trabalhar para que possamos conquistar essas prerrogativas. Foi o que fiz na UNALE. Conseguimos aprovar isso na reunião do Conselho Diretor. Temos hoje uma campanha nacional e, de acordo com o que está previsto na Constituição Federal, com 50% mais 1% das Assembléias de todo o País, através de um projeto de resolução que está para entrar na ordem do dia, isso poderá dar-se. Essa é a razão pela qual quero também ser apologista aqui de um movimento para vencermos a pauta, porque desejaríamos levar para a reunião da UNALE, no dia 17, esse projeto já aprovado. Trata-se de um projeto de resolução da Mesa da Assembléia que delega esse poder à UNALE, junto ao Congresso Nacional. Em comissão, através de nosso Presidente, Sebastião TJ, que é o Presidente da Assembléia de Goiás, conseguimos, em audiência com o Presidente da Câmara Federal, Deputado Aécio Neves, a promessa de que dará prioridade a essa questão no Congresso Nacional.

Isso é extremamente importante, porque se trata de darmos maior qualidade ao nosso mandato, de darmos maior transparência àquilo que é o âmago da questão da nossa existência, que é efetivamente legislar.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Serei breve. Agradeço ao Deputado Márcio Cunha. Compreendo a sua posição. O meu assunto é sobre sua fala inicial, sua conversa com os funcionários da Assembléia que estão nas galerias.

Quero dizer que é a posição de todo o PT, não somente minha, com relação ao pagamento que tem sido reclamado pelos funcionários da Assembléia. Esse é um dinheiro devido. Aliás, os sindicatos do Brasil reivindicam isso como uma questão justa, ganhando o direito de receber. Portanto, os trabalhadores desta Casa têm direito de receber o que lhes é devido. O Ivo é membro da Mesa e, tenho certeza, está defendendo isso. É preciso que esse pagamento seja feito porque, judicialmente, os trabalhadores já ganharam esse direito na justiça. Evidentemente que tem de ser paga essa dívida da Assembléia com os seus funcionários. É uma dívida que tem a Assembléia com seus funcionários, não com os seus membros, que, evidentemente, não têm direito algum de receber dinheiro de URV.

Aproveito, sem fazer demagogia alguma, para dizer que é somente para colocar em despesas. Já é dívida posta pelo Judiciário. Não estou falando demagogicamente porque os funcionários estão aqui. Defendemos os direitos de todos os trabalhadores do Brasil, evidentemente que os desta Casa não podem ser exceção.

É preciso avançar também na discussão do plano de cargos e salários da Assembléia. Aqui há muitas diferenças salariais. Eu tenho uma proposta de teto salarial que, infelizmente, não anda nesta Casa. Mas, nós, Deputados, precisamos discutir essa questão, para que os salários guardem proporções justas entre um e outro. Obrigado, Deputado.

O Deputado Márcio Cunha* - Quero fazer minhas as palavras do ilustre Deputado Rogério Correia. Aliás, os assessores das comissões de que participo nesta Casa, que me assessoram como membro ou Presidente de comissão, sabem o que vou repetir para todos: tenho enorme respeito e admiração pelos funcionários da Assembléia. Fui Vereador por 16 anos na Câmara de Belo Horizonte. Sempre briguei muito para que fizéssemos concurso público, para que prestigiássemos os funcionários. Pela natureza da nossa atividade, costumo brincar dizendo que o parlamentar é um generalista, porque entende de tudo um pouquinho, já que não tem condições físicas e humanas para saber de tudo profundamente. Portanto, investir em nossos funcionários é investir na qualidade do parlamento, na qualidade do trabalho de cada Deputado.

Quero dizer também que, sem demagogia, estamos ao lado de vocês. "Mutatis mutandis", sugiro que conversem com cada um dos Srs. Deputados, porque é importante mostrar o trabalho que vêm desenvolvendo.

O que me traz à tribuna é esse encontro nacional da UNALE, lembrando a importância de estarmos trabalhando nessa questão.

Quero, inclusive, motivado por duas cartas que recebi, de Além Paraíba, uma assinada por Renata Zamboni e outra, por Raphaela Ribeiro, levar à consideração dos meus pares os inúmeros projetos de nossa autoria que estão tramitando na Casa. Alguns deles já se tornaram leis. E é importante que os funcionários da Casa estejam presentes, porque muitos deles assessoram-nos nas Comissões.

É importante este parlamento estar cada vez mais consciente de que temos que fazer mais pela produção legislativa, para melhorarmos os projetos. Muitas vezes, o Deputado tem uma idéia, mas torná-la exequível não é sempre fácil, porque esbarra na inconstitucionalidade, na ilegalidade. Portanto, temos que procurar o aperfeiçoamento da nossa produção legislativa. Isso tem que ser constante para nós, em cada uma das comissões.

Lembro agora do nosso guru, Deputado Ermano Batista, que, sem dúvida alguma, tem feito um trabalho fantástico na Comissão de Constituição e Justiça; do Deputado Rêmoló Aloise, que também é "expert" na Comissão de Fiscalização Financeira, e de todos os Deputados que participam das comissões. Devemos privilegiar essa questão, porque é dessa forma que este parlamento demonstrará para a sociedade a sua importância; é dessa forma que vamos mostrar a qualidade do trabalho que nós, parlamentares, desenvolvemos.

Vou dar um exemplo que, obviamente, pode ser repetido por cada um que tem projetos tramitando na Casa. (- Lê:) "Dispõe sobre a prioridade de tramitação aos procedimentos administrativos em que figure como parte interessada, direta ou indiretamente, nos processos administrativos no Estado, pessoa com idade igual ou superior a 65 anos."

Isso já está acontecendo no nível do Governo Federal, e é importante que possamos introduzi-lo aqui, pois já foi aprovado em 1º turno. Espero que esta Casa nos ajude a agilizá-lo, para que também seja aprovado e, posteriormente, sancionado. (- Lê:)

"Torna inalienáveis os terrenos públicos estaduais atualmente utilizados como campos de futebol amador e dá outras providências."

Consegui essa conquista em Belo Horizonte, onde a prática do futebol amador é fantástica e onde existe, inclusive, a Copa Itatiaia e outras importantes, que congregam diversas regiões, especialmente as mais afastadas do Centro. Devido à quantidade de equipes de futebol amador, conseguimos um projeto importante, que é o de preservar esses campos utilizados, às vezes, há décadas pelo futebol amador. Serão preservados para essa prática, e não podem virar "shopping centers", por exemplo. Como já consegui isso em Belo Horizonte, espero consegui-lo em Minas Gerais. (- Lê:)

"Dispõe sobre as relações entre as instituições estaduais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências."

Isso é de fundamental importância. Demos um passo enorme no ensino médio e fundamental. No entanto, o ensino superior, no Estado, precisa ter maiores opções.

Bom, infelizmente o meu tempo terminou. Quero continuar este pronunciamento em outra oportunidade. Apenas insisto, mais uma vez, para que prestem atenção a esse encontro nacional que acontecerá entre os dias 17 e 20, em Manaus. É importantíssima a máxima participação dos

parlamentares de Minas Gerais, para que possamos definitivamente consagrar esta bandeira que empunhei em nome deste parlamento, que é a de invocar maiores prerrogativas para o parlamento estadual. Muito obrigado.

*- Sem revisão do orador.

O Deputado Bené Guedes - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, prezados funcionários e funcionárias da saúde, da Assembléia e do IPSEMG que estão presentes nesta reunião, em primeiro lugar, quero, a exemplo do Deputado Márcio Cunha, dizer que seria importante a formação de uma comissão de funcionários, no que tange à questão da URV, para que pudéssemos dar o nosso apoio e agilizá-la. Se é um direito, a Assembléia tem de cumprir e agilizar essa questão, que já passou pela esfera judicial e que não termina aqui, no Plenário, mas, sim, quando a Assembléia fizer cumprir sua parte. Entendo que é uma posição de reivindicação justa e que a devemos respeitar. Faremos chegar ao Presidente desta Casa, ilustre Deputado Antônio Júlio, esta nossa demonstração de apoio aos servidores. Os funcionários do meu gabinete me conhecem há quatro legislaturas; jamais dispensei um funcionário e sempre dei a eles a prerrogativa de liberdade para se expressarem num momento como este, tendo inclusive pedido ao funcionário Vicente Gomes que fizesse chegar aos funcionários do meu gabinete esta minha fala, que é a democracia, a vontade de fazer justiça. Por isso, quero dar esta primeira palavra aos senhores. (- Palmas.)

A Deputada Maria José Haueisen (em aparte)* - Obrigada, Deputado Bené Guedes. Serei breve, porque sei que V. Exa. tem assunto importante a tratar. Quero, também, manifestar meu apoio aos funcionários desta Casa, que lutam pelo recebimento da URV. Entendemos que nada deve ser dado a ninguém como favor ou benesse, como alguma coisa além daquilo que é direito, mas, se já há manifestação jurídica dizendo que a URV é direito e que esses funcionários públicos têm que receber essa quantia, achamos que é justo que façam essa reivindicação. Achamos também que as coisas, algumas vezes, resolvem-se muito mais com conversas, diálogos e entendimentos, então sou também a favor de que se forme uma comissão para que recebam isso, que é direito deles. É importante que estejamos apoiando essa reivindicação e que estejamos, também, tentando contribuir e influir para que recebam essa quantia, numa época em que tantas pessoas estão com tantas dificuldades para sobreviver. Também hipotecamos nossa solidariedade aos funcionários desta Casa nessa reivindicação que estão fazendo. Muito obrigada, Deputado.

O Deputado Bené Guedes - Agradeço a intervenção da ilustre Deputada Maria José Haueisen, que, evidentemente, enriquece nossa fala.

Gostaria, primeiramente, de registrar a saída do Secretário Omar Peres da Pasta de Indústria e Comércio do Estado. Por ser um amigo e conterrâneo - posso dizer até que um irmão, porque assim o considero -, quero dizer que fiquei feliz por vê-lo cumprir com dignidade, honradez e dinamismo essa importante missão que lhe foi confiada pelo Governo de Minas. Omar Peres é um jovem que tem um caminho ainda a trilhar, e tenho certeza de que ele, a exemplo do que fez na Secretaria de Indústria e Comércio, fará um grande trabalho como Deputado Federal. Acredito na sua eleição, ainda mais porque hoje ele já extrapolou as fronteiras da Zona da Mata e está conhecido por todo o Estado. Pelo seu trabalho e pela sua vontade de servir, tenho certeza de que será votado por milhares de mineiros. O Governador Itamar Franco teve em Omar Peres um grande auxiliar, e nós, da Bancada do PDT, estamos também gratificados, porque indicamos uma pessoa que cumpriu sua missão, fazendo o melhor para Minas e para nossa região, em especial, levando a Juiz de Fora a indústria da França, Onduline, a Ecotelha, por cuja instalação trabalhamos como intermediário, juntamente com Heitor Vilela, outros empresários e o Prefeito Tarcísio Delgado. Enfim, com a abertura dada pela Secretaria, foi possível trazer essa grande empresa para Minas.

A instalação do posto da JUCEMG, também em Leopoldina, foi uma conquista. A Associação Comercial, a agência de desenvolvimento e a Prefeitura Municipal, todos participaram na manifestação de vontade política em dotar a nossa cidade de um posto "on-line" da JUCEMG. No pouco tempo em que ficou na Secretaria, Omar Peres demonstrou do que é capaz. Agora terá de percorrer uma nova estrada. Tenho certeza de que vai administrar essa sua posição política com muita competência e ser, na próxima legislatura, em Brasília, um Deputado Federal por Minas com muito brilho e dedicação. Evidentemente, dará a todos uma alegria imensa.

Quando o Deputado Miguel Martini falava, hoje pela manhã, busquei uma intervenção, porque tinha, por dever de consciência, de dizer que a Zona da Mata está sendo olhada pelo Governador Itamar Franco. Em minha trajetória política, já com quatro mandatos, devo dizer que, quando o Governador Newton Cardoso era o Chefe do Executivo mineiro, recebi de S. Exa. as maiores atenções, sem ter trabalhado por ele. Na eleição de 1986, trabalhei para o atual Governador Itamar Franco.

Graças ao Governador Newton Cardoso, consegui levar para Leopoldina a regional de ensino, que fez com que tivéssemos a primazia de retornar à vanguarda dessa importante área da educação sem nenhum prejuízo para a querida cidade do Deputado Cristiano Canêdo, Muriaé, regional que detinha grande número de cidades. Buscamos a descentralização para a criação dessa regional com apoio do Governador Newton Cardoso, que foi muito importante na minha trajetória política.

No Governo Hélio Garcia, tivemos uma luta árdua e conseguimos uma regional de saúde para Leopoldina. Cataguases queria essa regional. Na Casa, havia o Deputado Tarcísio Henriques. Então tivemos a sorte e o privilégio de ver a nossa cidade escolhida para ser sede de uma regional que hoje congrega cerca de 15 cidades. Devo muito ao Governador Hélio Garcia, por essa conquista.

No binômio saúde e educação, não ficamos apenas no discurso, porque na prática conseguimos efetivar essas medidas que beneficiaram não só Leopoldina, mas também as cidades circunvizinhas, tanto na saúde quanto na educação.

No Governo Eduardo Azeredo, durante o qual tive a honra de ser Secretário de Minas e Energia, não foi diferente. O Governador deu-nos todo o apoio na Zona da Mata. Através de S. Exa., conseguimos implantar o maior programa de eletrificação rural na Zona da Mata, o Luz de Minas II, que atendeu a cerca de 65 municípios, em convênio com a Cia. de Força e Luz Cataguases-Leopoldina, um projeto de R\$36.000.000,00. O Governador também nos ajudou muito na implantação da Inega, em Leopoldina, e da APA. Hoje são indústrias de ponta que fizeram com que Leopoldina se tornasse também um pólo têxtil.

Com relação ao atual Governo, quero agradecer ao Governador Itamar Franco, que tem dispensado à nossa região grande atenção. Tenho cerca de dez Prefeituras a que sou ligado e que assinaram convênios recentemente, as quais estão recebendo verbas realmente pequenas, mas num montante, que reputo grande, hoje, de R\$400.000,00.

Além do mais, houve a reforma da Ponte Raul Soares, uma ponte secular que foi trazida pelos alemães, há mais de 100 anos, para ligar Leopoldina a Cataguases. Essa ponte estava em processo de corrosão violenta, e somente agora, no atual Governo, com aporte de recursos na faixa de R\$280.000,00, foi possível a sua recuperação. Hoje, trata-se de recursos expressivos, e não, pequenos, como disse o Deputado Miguel Martini. Atualmente, o dinheiro está escasso e vale muito, daí o Estado ter dificuldades imensas para pagar os funcionários. Se a situação fosse outra, acredito que não teríamos esses problemas. Além dessa ponte, para falar somente de Leopoldina, tivemos a reforma do Conservatório Lia Salgado, que obteve R\$100.000,00. É um conservatório que hoje abriga cerca de 1.200 alunos. Isso dá aos alunos e professores melhores condições de trabalho e enormes retornos. Tivemos também a reforma da Escola Estadual Omar Peres, com ida recente do Secretário Murílio Hingel, que, diga-se de passagem, é um Secretário que nos tem atendido com a maior presteza e o maior carinho, não só em Leopoldina, mas também nas cidades onde trabalha. Tenho certeza de que é assim com os Deputados da base de governo. Quando se aborda essa questão junto à Secretaria da Educação, o Secretário Hingel tem valorizado a classe política, tem avisado à Assembléia, está atendendo nossos pleitos. Portanto, o Governo Itamar Franco tem demonstrado carinho conosco, em particular com a Zona da Mata. Temos o Secretário Omar Peres, o Secretário Márcio Domingues, de Leopoldina, na Segurança Pública; temos o Dr. José Antônio Moraes, Secretário Adjunto, de Recreio, na Zona

da Mata. O Governador tem nos dado essa cobertura.

Finalmente, deixo meu agradecimento ao Líder do Governo, Deputado Antônio Andrade, pela confiança demonstrada em minha pessoa ao indicar meu nome para a Vice-Liderança do Governo, com respaldo, evidentemente, da Bancada do PDT. Tenho a satisfação de estar hoje nessa posição e vou procurar, de todas as formas, envidar esforços para corresponder a essa expectativa e trabalhar, sobretudo, pelo engrandecimento de Minas Gerais. Muito obrigado.

*- Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 27/3/2002, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 2.181, de 2001, e 2.256, de 2002, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo, conforme abaixo discriminado:

Gabinete do Deputado Ivair Nogueira

nomeando Maria da Conceição Paes Neto para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas.

Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues

exonerando, a partir de 5/4/2002, Rosemeire Barbosa Gonçalves do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Virgínia Rosa da Silva Teixeira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas;

nomeando André Gustavo Félix do Nascimento para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.134, de 10/9/93, e 5.198, de 21/5/2001, e de conformidade com as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.055, de 5/6/2001, e 2.057, de 19/6/2001, assinou o seguinte ato:

dispensando Aloísio de Araújo Monteiro da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Apoio às Comissões.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.123, de 4/11/92, assinou o seguinte ato:

exonerando Maurício Machado de Castro do cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, padrão S-03, código AL-DAS-1-01, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Apoio ao Plenário.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Rouxinol Viagens e Turismo Ltda. Objeto: prestação de serviços de transporte rodoviário. Objeto do aditamento: ampliação do objeto. Vigência: a mesma do contrato original. Dotação orçamentária: 01.031.101.4-123.0001 33903300.